

A ARTE DA CANTARIA E A MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÉTREO

Samara S. Menezes¹; Almiro S. Junior²; André P. Oliveira³; Clarissa P. S. Carvalho⁴; Fabiano G. da Silva⁵; Carlos A. Pereira⁶

¹ Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Departamento de Engenharia de Minas, Campus Ouro Preto, Ouro Preto-MG – s.s.menezes@hotmail.com

² Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Departamento de Engenharia de Minas, Campus Ouro Preto, Ouro Preto-MG – a.santanna.jr@hotmail.com

³ Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Departamento de Engenharia Geologica, Campus Ouro Preto, Ouro Preto-MG – a.santanna.jr@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Departamento de Engenharia de Minas, Campus Ouro Preto, Ouro Preto-MG – clarissapaula@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Departamento de Engenharia de Minas, Campus Ouro Preto, Ouro Preto-MG – fabianogs@yahoo.com.br

⁶ Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Departamento de Engenharia de Minas, Campus Ouro Preto, Ouro Preto-MG – pereira@demin.ufop.br

Resumo

A técnica de cantaria consiste em lavrar a rocha em formas geométricas ou figurativas para aplicação em construções, com finalidade ornamental e/ou estrutural. Em Ouro Preto, durante o século XVIII, o uso e a disseminação de rochas nas construções públicas, religiosas e civis caminharam concomitantemente com a consolidação do núcleo urbano de Vila Rica. Na tentativa de preservar essa peculiaridade do patrimônio local, desde 2000 o Projeto Cantaria elucida uma série de medidas no âmbito da extensão universitária no intuito de manter a arte e conservação dos patrimônios petreos da cidade e seu entorno. Destaca-se ainda as pesquisas históricas sobre os ofícios mecânicos dos séculos XVIII e XIX, os programas de educação patrimonial para crianças e os cursos ministrados para novos canteiros. Propomos neste artigo salientar como durante esses 11 anos o projeto se consolidou como importante ferramenta para a preservação dos monumentos de cantaria de Ouro Preto e como contribuiu para a melhoria da formação de diversos estudantes de engenharia da Universidade Federal de Ouro Preto.

Palavras-chave: Escola de Cantaria; patrimônio; resgate.

1 Introdução

A técnica de cantaria consiste em lavrar a rocha em formas geométricas ou figurativas para aplicação em construções, com finalidade ornamental e/ou estrutural. Em Ouro Preto, desde o século XVIII, o uso e a disseminação de rochas nas construções públicas, religiosas e civis caminharam concomitantemente com a consolidação do núcleo urbano de Vila Rica. Essas construções foram feitas em grande parte através de matérias locais como o quartzito encontrado na Serra do Itacolomi nas proximidades da cidade em questão.

Com o passar dos anos, a técnica da cantaria foi sendo esquecida e se tornando cada vez menos usual, afinal as novas formas de construções que surgiram eram mais rápidas e econômicas. No entanto, desde 2000, vem sendo desenvolvida a Oficina de Cantaria de Ouro Preto, através do Departamento de Engenharia de Minas (DEMIN) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no intuito de resgatar o conjunto de saberes e técnicas que compunha a milenar arte da cantaria em terras mineiras no período colonial. Esses conhecimentos foram perdidos no avançar do século XX e só recentemente retomados por homens como José Raimundo Pereira, Seu Juca, uns dos últimos oficiais canteiros do Estado de Minas Gerais. Surgida nesse contexto, a Oficina traçou como estratégias a pesquisa histórica e de materiais, a formação de novos trabalhadores habilitados e a preservação patrimonial. Trazendo para o seu interior, pesquisadores das mais diversas áreas, como engenheiros, historiadores, biólogos, educadores, especialistas e artesãos locais preocupados com a conservação desse patrimônio.

Os participantes do projeto de extensão, denominado “Projeto Cantaria”, desenvolvem há 11 anos o trabalho em diversos monumentos da cidade e seu entorno. Mas o trabalho não fica restrito somente ao restauro das peças, ao contrário, a equipe do projeto também desenvolve pesquisas históricas, tendo sido escritos dezenas de artigos sobre o assunto, o livro intitulado “A arte da Cantaria”, além de desempenhar o Projeto Educação e Arte para Crianças.

2 Metodologia

Nos três eixos de trabalho da Escola de Cantaria buscou-se envolver a comunidade, o corpo docente e discente dos mais diversos departamentos da Universidade, instituições como IPHAN e FAPEMIG e empresas como Novelis e Petrobrás, criando uma rede de

apoios que propicia as atividades da Escola, seja na preservação do ofício de canteiro ou no desenvolvimento de ações na área de educação patrimonial.

Destacam-se as pesquisas históricas que possibilitaram averiguar o perfil dos mestres canteiros que atuaram no século XVIII e XIX, na Comarca de Vila Rica, particularmente por meio dos índices de obras públicas e eclesiásticas, inventários *post-mortem*, testamentos e ações cíveis. A pesquisa possibilitou resgatar o conjunto de ferramentas utilizadas no fazer artístico, a dimensão da participação escrava e dos jornaleiros e a utilização de manuais e livros técnicos no ambiente de trabalho desses mestres, além do estudo de novas técnicas de desmonte de rochas, por parte dos pesquisadores da Universidade, para facilitar o trabalho dos canteiros atuais.

No projeto apresenta-se ainda o trabalho da Escola de Cantaria, com a formação de novos canteiros e educação patrimonial, nesse caso é oferecido o curso extensivo de formação em cantaria, ministrado por Francisco Bárbara, “Chico”, com duração média de dois anos, destinado a profissionais de setores correlatos à cantaria e a interessados em geral. O curso é gratuito e com programa de incentivos, de modo que a Escola forneceu aos alunos mais assíduos no ano de 2007 uma bolsa no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) financiada pela Petrobras. Como conclusão do curso, os futuros canteiros devem realizar um estágio obrigatório visando ao aprimoramento da arte da cantaria em ações de conservação, preservação e restauração de acervos existentes na cidade.

Privilegiamos ainda a pesquisa sobre a canga para ornamentação, esta foi no século XVIII muito utilizada na construção de muros de arrimo, estrutura de casas, paredões e eventualmente no enchimento de obras como chafarizes. No entanto, a mudança dos programas dos edifícios e o progressivo uso de novos materiais, especialmente o concreto nos séculos XIX e XX, colocaram a cantaria em segundo plano (Menicalli, 1992). Os conhecimentos do tratamento da pedra na arquitetura perderam espaço num mundo onde a velocidade da construção se tornou uma premissa. Portanto para incentivar a cantaria nesse contexto, surgiu a necessidade de conhecer os tipos e as características dos materiais utilizados e métodos que aumentem a eficiência da arte de esculpir em pedra.

3. Resultados e Discussão

Em termos quantitativos, a oficina da Escola de Cantaria recebeu um grupo de 27 alunos, composto de auxiliares, pedreiros e artesãos da comunidade de Ouro Preto e região. Porém a falta de apoio financeiro consistente na época, o corriqueiro dia-a-dia que impede

as pessoas de se envolverem com atividades secundárias à profissão exercida e até mesmo a falta de paciência para o aprendizado do ofício de canteiro, foram razões apresentadas por muitos como justificativas para a desistência do curso.

O programa de formação de oficiais canteiros conseguiu, após dois anos de curso (1500 horas), formar uma turma em maio de 2003 composta por quatro alunos. Para estes a oficina pôde oferecer novas oportunidades de trabalho e renda na região. Em abril de 2004 formaram-se mais seis novos canteiros.

Dentro da linha de atuação deste projeto, tem sido realizado um extenso trabalho de caracterização tecnológica de rochas utilizadas na Oficina de Cantaria, em especial, com o levantamento de porosidade, dureza e resistência mecânica a esforços compressivos. Quanto às inovações tecnológicas ligadas a cantaria, o Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Minas da UFOP vem trabalhando em duas linhas: a termo-consolidação das peças esculpidas e o desmonte com argamassa expansiva.

Além disso, um dos trabalhos multidisciplinares envolvidos em tal projeto é intitulado como “Cultura, Educação e Arte para Crianças” que consiste em aulas complementares oferecidas pelos alunos da universidade às crianças carentes da comunidade ouro-pretana.

De acordo com as escolas participantes e pelos próprios alunos o projeto tem alcançado ótimos resultados, melhorando o desenvolvimento da educação e cultura das crianças. Percebe-se que as mesmas apresentam um aumento no grau de atenção às aulas e melhoram o comportamento na escola e em casa, além de aprenderem o significado da cantaria e sua relevância na cidade, o que as tornam multiplicadoras do patrimônio histórico e cultural. De maneira análoga, os discentes envolvidos se transformam numa espécie de elo entre a universidade e a comunidade, possibilitando um intercâmbio de informações e saberes.

4 Conclusões

Dentre os resultados obtidos pelo Projeto Cantaria, podemos destacar o trabalho de pesquisa histórica e materiais que levou a difusão do conhecimento para comunidade e permitiu uma melhoria na qualidade do trabalho desenvolvido em Ouro Preto. A solicitação da patente da argamassa expansiva desenvolvida pelo prof. José Aurélio Medeiros da Luz e o aluno de graduação Mauricio Curi Segato. A formação de mão de obra foi efetiva e continua servindo a manutenção do patrimônio de Ouro Preto. Palestras

oferecidas para a comunidade universitária e da cidade vem colaborando para a valorização das obras, observando melhor os detalhes e o esmero da técnica empregada.

Formou-se, ainda, um grupo de pesquisa registrado no CNPq, “Pesquisa, Educação e restauração da cantaria em Ouro Preto”, com a participação de pesquisadores de diversas áreas. As exposições, a publicação de artigos e livro e a organização de eventos mostraram-se efetivas para divulgar o ofício.

No ensino, talvez um dos resultados mais significativos foi a formação de alunos de graduação com a visão de cidadão e que participou na melhoria das condições de vida da comunidade em que está inserido. Ressaltando que não há dentro na universidade outra área que permita o desenvolvimento destas aptidões necessárias no mundo de hoje.

Agradecimentos: Fapemig, Fundação Gorceix, Proext - MEC

Referências bibliográficas

BASTOS, Rodrigo. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo: FAUUSP, 2009. (Tese de doutorado).

CARVALHO, Clarissa P. Silveira; **GLOSS**, Crislayne; **PEREIRA**, Fabrício Luiz; **SILVA**, Priscila Coelho; **NUNES**, Célia M. Fernandes; **PEREIRA**, Carlos Alberto. *O patrimônio para além das evidências materiais: educação e extensão universitária*. In: IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009, Dourados. IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009. v. 1. p. 432-444.

MINAS GERAIS. *Secretaria de Estado da Educação. Reflexão e contribuições para a Educação patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Lições de Minas, 23).

PEREIRA, Fabrício Luiz; **NOVAES**, Éder Liz; **PRADO**, Amanda Costa; **SILVA**, Fabiano Gomes da; **PEREIRA**, Carlos Alberto. *Oficina de Cantaria: Reinvenção na conservação patrimonial*. In: IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009, Dourados. IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2009. v. 1. p. 221-231.

PEREIRA, Carlos Alberto; **LICCARDO**, A.; **SILVA**, Fabiano Gomes da. *A arte da cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

SILVA, Fabiano Gomes da. O caminho das pedras: canteiros de Vila Rica no século XVIII, a partir de inventários post-mortem e testamentos. *XI Seminário de Iniciação Científica da UFOP*. Ouro Preto: UFOP, 2003. CD-ROM.

ACERVO DE UM POVO: RESGATE E MEMÓRIA

Área Temática: Cultura

Responsável: Neilson Luiz Ribeiro Modro

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Autores: Neilson Luiz Ribeiro Modro¹; Ricardo Neumann²; Arony Venâncio Machado; Davi de Medeiros Fontana; Elisa Carla Miotto³

Resumo

O programa de extensão *Acervo de um povo: Resgate e Memória* tem como objetivo promover o conhecimento sobre Patrimônio Arqueológico e a importância de sua preservação à comunidade local e auxiliar no processo, juntamente com o IPHAN, de salvamento da área do *Sambaqui* da Ponta do *Perrixil* II. Este *Sambaqui* está localizado as margens da Lagoa do Imaruí e Mirim, no município de Laguna – SC. Este programa, iniciado em março de 2010 e com finalização prevista para dezembro de 2011, teve como etapa inicial a realização de estudo sobre a temática *Sambaqui*. A fase seguinte consistiu na elaboração de materiais informativos, educativos e de divulgação. A etapa atual consiste na impressão do material gráfico elaborado, e na elaboração dos materiais a serem utilizados nas oficinas constantes da etapa final. A etapa final do programa será realizada no segundo semestre de 2011, e consistirá na realização da divulgação nas comunidades e escolas da região de Laguna, através da realização de exposições, oficinas educativas, e distribuição dos materiais elaborados. A realização do programa proporciona o intercâmbio e a integração dos membros da Universidade com a população do município de Laguna. Esse programa ainda está em fase de execução, mas os resultados parciais obtidos mostram-se bastante promissores.

Palavras-chave

Educação histórica e patrimonial; Sambaqui; Patrimônio arqueológico

¹ Professor assistente do Departamento de Engenharia de Pesca do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

² Professor da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UFSC.

³ Acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.



Introdução

Sambaqui é uma palavra de etimologia Tupi. *Tamba* significa concha e *ki* amontoado, que são as características marcantes deste tipo de sítio. (Gaspar, 2004). Estes são depósitos feitos pelo homem pré-histórico através da deposição de materiais ao longo de várias gerações. Entre os materiais encontrados num sambaqui estão restos de conchas, moluscos, esqueletos de animais pré-históricos, ossos humanos e utensílios feitos de pedras ou ossos. Os *Sambaquis*, mesmo sendo considerados Patrimônios Arqueológicos e protegidos pela Lei federal 3.924 de 1961, ainda são alvos de vandalismos e depredação, atos impulsionados pela falta de informação e conhecimento.

Segundo IPHAN (2010) existem em Laguna – Santa Catarina, 44 Sítios Arqueológicos de *Sambaqui*, e dentre eles está o da Ponta do *Perrixil II*, nosso objeto de estudo. Este *Sambaqui*, localizado as margens da Lagoa do *Imaruí* e *Mirim*, foi registrado em 1962 e é considerado relativamente pequeno, pois ocupa área de 50 m² e altura máxima de 10 m.

Com o crescimento da população da cidade de Laguna, áreas da periferia, antes consideradas distantes e isoladas, estão sendo povoadas. A região em que se encontra o *Sambaqui* da Ponta do *Perrixil II* conta em sua vizinhança com uma estrada (ainda não pavimentada) e com um reduzido número de habitações. Através de entrevistas realizadas com moradores foi possível perceber o pouco conhecimento dos moradores com relação à existência e a necessidade de se preservar este *Sambaqui*.

Por outro lado, a facilidade de acesso promovida pela urbanização pode levar a um crescimento desordenado da densidade demográfica local, o que pode levar a uma destruição deste patrimônio arqueológico, seja pela abertura de novas vias de acesso, pela construção de habitações irregulares ou ainda, por ações depredatórias. Este processo de ocupação e permanência deve ser realizado de maneira ordenada, controlada e planejada, sendo ainda necessário um trabalho de conscientização dos moradores.

O objetivo do projeto de extensão *Acervo de um povo: resgate e memória* do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, iniciado em março de 2010 e com previsão de encerramento em dezembro de 2011, é promover o conhecimento sobre Patrimônio Arqueológico e a importância de sua preservação à comunidade local e auxiliar no processo, juntamente com o IPHAN, de salvamento da área do *Sambaqui* da Ponta do *Perrixil II* através do levantamento histórico do local e da mobilização comunitária.

Material e Metodologia

O projeto de extensão *Acervo de um povo: Resgate e Memória* iniciou em março de 2010 através da realização de um estudo sobre a temática *Sambaqui*. Foram buscados dados através de visitas a sítios arqueológicos, entrevistas com moradores circunvizinhos aos *Sambaquis*, observação sócio-cultural da área e consultas às pesquisas desenvolvidas por profissionais especializados. Após a análise e o estudo destes dados foi estabelecida a metodologia a ser seguida para desenvolver as outras etapas do projeto. A etapa seguinte consistiu na elaboração de materiais informativos, educativos e de divulgação. Foram desenvolvidos materiais de divulgação dos resultados sob a forma de *Folders*, *Banners*, Mídia Eletrônica (*Blog*), acervo fotográfico, adesivos e vídeos. A etapa atual consiste na impressão do material gráfico desenvolvido, e na elaboração dos materiais a serem utilizados nas oficinas educativas contempladas na etapa final. A etapa final de execução do programa será realizada no segundo semestre de 2011, e consistirá na divulgação dos resultados obtidos e dos materiais áudio-visual, fotográfico e didático desenvolvidos, nas comunidades e escolas da região de Laguna, através da realização de exposições, oficinas educativas e demonstrativas, onde serão estimulados debates, e distribuição dos *Folders* e *Banners* elaborados. Também serão realizadas exposições com o acervo fotográfico em espaços públicos onde o projeto será divulgado por meio de adesivos, *Folders* e *Banners*, criando um movimento atrativo a população.

Resultados e Discussões

Durante a etapa inicial do projeto foi criado um conhecimento histórico e cultural da área em que se localiza o *Sambaqui* da Ponta do *Perrixil* II. Durante as visitas aos sítios arqueológicos e nas entrevistas com os moradores circunvizinhos notou-se uma boa recepção, interação e aceitação do programa. Estes moradores acompanhavam com curiosidade as visitas iniciais, e a desconfiança inicial percebida nos questionamentos sobre o programa e sobre a metodologia a ser utilizada era rapidamente eliminada após a interação com os acadêmicos, que explicavam o real objetivo do programa. Ocorreu um grande interesse da população local pelo assunto e os mesmos abraçaram a causa. Posteriormente, perguntavam sobre o andamento do projeto e se dispunham a participar das entrevistas.

As etapas iniciais permitiram a criação de um acervo audiovisual que está disponibilizado no Blog do projeto: <http://sambaquiperrixil.blogspot.com>.

Na segunda etapa foram desenvolvidos materiais que visam atingir de maneira clara, objetiva e acessível todas as faixas etárias de público. Para o público adulto foram confeccionados materiais de divulgação do programa com informações sobre o Sambaqui e a importância de sua preservação. Para o público infantil buscou-se desenvolver material lúdico tais como: cartilha com informações, jogos e brincadeiras, que serão apresentados durante oficinas a serem realizadas na etapa final. A Figura 1 apresenta o Folder com informações sobre o projeto *Acervo de um povo: Resgate e Memória*, e sobre o *Sambaqui da Ponta do Perrixil II*, desenvolvido para ser distribuído para o público adulto. Este Folder será impresso em tamanho A4.



(a)

(b)

Figura 1 – Folder desenvolvido para o público adulto - (a) Parte externa; (b) Parte interna.

A Figura 2 apresenta parte da cartilha desenvolvida para o público infantil. Esta cartilha será impressa em tamanho A4 e será distribuída nas escolas da região durante as oficinas. A finalidade deste material é levar o conhecimento sobre o *Sambaqui* para as crianças, possibilitando assim o despertar do interesse histórico e da importância da preservação, através de imagens, textos explicativos e jogos.



(a)

(b)

Figura 2 – Exemplo de parte da cartilha desenvolvida para o público infantil - (a) Informações sobre Laguna e sua relação com os Sambaquis e, jogo; (b) Informações sobre o Sambaqui e, jogos.

A Figura 3 apresenta adesivos elaborados para a divulgação do projeto.



(a)



(b)

Figura 3 – Adesivos elaborados para a divulgação do projeto - (a) Adesivo para fixação interna - vidros; (b) Adesivo para fixação externa.

Conclusão

O programa de extensão *Acervo de um povo: Resgate e memória* têm como objetivo auxiliar na preservação da área do Sambaqui do *Perrixil II*, localizado em Laguna - SC. O programa teve uma boa aceitação por parte da população local, que demonstrou grande interesse em aprender sobre o assunto, percebeu a importância da preservação dos Sambaquis e acolheu prontamente o objetivo do projeto. Os materiais elaborados estão em fase de impressão gráfica, o que permitirá a realização da etapa final do programa no segundo semestre de 2011. A realização deste programa proporciona o desenvolvimento da pesquisa e da produção acadêmica, além disso, permitirá o intercâmbio e a integração dos membros da Universidade com a população do município de Laguna. Os resultados parciais obtidos pelo programa são satisfatórios e estão de acordo com o esperado. Mesmo não sendo conhecidos os resultados finais, estes se mostram bastante promissores.

Referências

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://sistemas.iphan.gov.br/sgpa>>. Acesso em: 17 ago. 2010

BRASIL. **Lei nº. 3924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. In: Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 25-32.

A DIGITALIZAÇÃO DO FUNDO INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA: SUBSÍDIO PARA PESQUISA SOCIAL

Área Temática: Cultura

Responsável: Profa. Fernanda Kieling Pedrazzi

Instituição: Universidade federal de Santa Maria (UFSM)

Autores: Fernanda Kieling Pedrazzi¹; Sônia Elizabete Constante²; Eliete Regina Rabaioli Camargo³; Paulo Henrique Trennepohl⁴; Rita Rosane Dias dos Santos⁵; Letícia da Silva Fausto⁶.

Resumo: O trabalho de digitalização do Fundo Intendência Municipal se justifica por estimular a pesquisa social no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria colaborando com o desenvolvimento cultural através do acesso facilitado ao acervo e contribuindo para a preservação do patrimônio cultural. As imagens foram armazenadas em mídia eletrônica (computador), mídia ótica (DVD) e em mídia *flash* (*pen-drive*) e repassadas a Direção do Arquivo Municipal para que possa viabilizar a criação de ferramentas que dêem aproveitamento a estes subsídios para a pesquisa social no sentido de compartilhar com o público pesquisador do Arquivo, no rico acervo informacional sobre a nossa história no século XIX e XX

Palavras-chave: Arquivo, digitalização, patrimônio cultural.

Considerações Iniciais

Os documentos arquivísticos são parte do patrimônio cultural da nossa sociedade. Instituições de guarda de acervos documentais, como os arquivos municipais, são fundamentais no processo de preservação da história das cidades e de seu povo.

¹ Fernanda K. Pedrazzi, coordenadora do projeto.

² Sônia E. Constante, colaboradora do projeto.

³ Eliete R. R. Camargo, graduanda de Arquivologia pela UFSM, bolsista do projeto.

⁴ Paulo Henrique Trennepohl, Graduando de Arquivologia pela UFSM, bolsista do projeto Povo de Clío Educação, Cinema e Cidadania; colaborador do projeto.

⁵ Rita R. D. Santos, graduanda em Arquivologia pela UFSM, colaboradora do projeto.

⁶ Letícia S. Fausto, graduanda em Arquivologia pela UFSM, colaboradora do projeto.



O objetivo deste trabalho é de fazer a captura digital e o armazenamento dos representantes digitais dos documentos já descritos do Fundo Intendência Municipal de Santa Maria do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria visando a promoção da pesquisa social.

Conforme as Recomendações do Conarq – Conselho Nacional de Arquivos, a digitalização de acervos “é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos (...) capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto o seu representante digital” (2010, p.4)

Metodologia

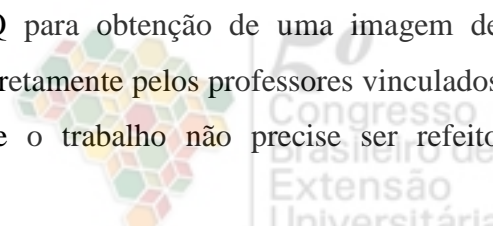
Os procedimentos metodológicos concernentes a este trabalho que se constitui em um projeto de extensão é de atender ao propósito de digitalizar o acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, especificamente o Fundo Intendência Municipal.

Inicialmente, para alcançar os objetivos e metas propostas, foi realizado um levantamento da bibliografia da área de digitalização. Após, realizou-se o reconhecimento do acervo já descrito, o que envolveu visitas ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria para higienização (com a retirada de sujidades e objetos como grampos ou cliques) e verificação das condições de preservação dos documentos.

Com as necessidades documentais verificadas, foi definido o equipamento necessário para executar esta ação de captação da imagem digital sem danos aos documentos e sendo o mais fiel às informações do original. O uso que será feito das imagens (difusão do acervo) o está sendo considerado nas definições de resolução dos representantes digitais. Os representantes estão sendo digitalizados preservando as cores do original.

A captura dos representantes digitais é a etapa atual do trabalho que está utilizando a maioria das horas de trabalho da equipe já que o volume documental é considerável. Estão sendo usados os parâmetros aceitos pelo CONARQ para obtenção de uma imagem de qualidade. O controle da qualidade é supervisionado diretamente pelos professores vinculados ao projeto, semanalmente, de modo a garantir que o trabalho não precise ser refeito posteriormente.

Foi feito um estudo para a definição do formato da referência do arquivo dos representantes digitais. Neste caso, segundo as Recomendações para digitalização de



documentos arquivísticos permanentes do Conarq (2010, p. 19) sugere-se que seja “sucinto, permanente, consistentemente estruturado”. A ideia é não ter dois representantes com identificadores iguais.

Ao final do trabalho será feito armazenamento total dos representantes digitais obtidos, com a organização e cópia em mídia ótica do material registrado, a fim de repassá-lo à direção do Arquivo Histórico para que possa dar um destino útil para este trabalho acadêmico. Serão entregues mais de uma cópia em meio digital como medida de segurança, para que uma seja usada em pesquisa local, outra seja destinada a ferramentas de acesso remoto (inserção do acervo na Internet) e outra fique como um *back up*. Também se deve fazer uma cópia final em mídia eletrônica no próprio Arquivo (no computador da Direção) e outra na sala da professora coordenadora do projeto, além de uma cópia em mídia ótica e *flash* que ficará em poder da coordenadora do projeto para eventuais necessidades.

Resultados

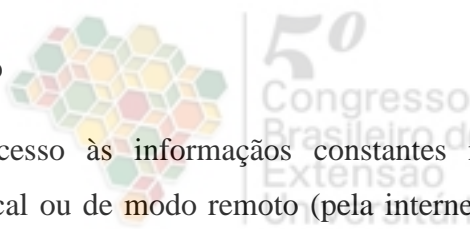
O projeto que teve seu início em abril de 2011, observou-se a necessidade de o Arquivo ter em mãos os representantes digitais destes documentos concomitantemente a sua captação para que se possa potencializar o acesso a documentação e sua disseminação através de pesquisa, favorecendo a democratização das informações e estimulando as atividades de pesquisa e ensino sem que se prejudiquem os originais pelo manuseio.

Preocupou-se em levantar e listar a bibliografia da área, reconhecer a documentação já descrita do Fundo Intendência Municipal de Santa Maria do Arquivo Histórico de Santa Maria, além de identificar as necessidades técnicas para os procedimentos de digitalização.

Desde o início do projeto até o momento já foram higienizados e digitalizados cerca de 250 documentos, obtendo-se cerca de 500 representantes digitais, mantendo a fidelidade aos documentos originais, inclusive digitalizado o verso, e armazenando em mídia adequada visando a segurança e preservação dos representantes.

Discussão

O trabalho tem contribuído para o amplo acesso às informações constantes nos documentos através do seu representante digital no local ou de modo remoto (pela internet), promovendo a preservação dos documentos originais e reduzindo o seu manuseio, práticas com os alunos da graduação em arquivos a digitalização.



Espera-se que que trabalho favoreça a preservação da história e cultura da cidade para as gerações (de agora e futuras) possam sempre retonar aos documentos originais no Arquivo ou em seus representantes digitais, que são patrimonio cultural.

Considerações Finais

O projeto de Digitalização do Fundo Intendência Municipal do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria deverá realizar até dezembro de 2011 a captura digital de 810 documentos (cerca de 1620 representantes digitais) provenientes de 17 tomos já descritos no qual essa documentação pertence à administração de Santa Maria no período de 1892 a 1929.

Além do retorno cultural, com a facilidade da pesquisa social no acervo do Arquivo Histórico de Santa Maria, o trabalho introduz os acadêmicos do curso Arquivologia no processo de captação do representante digital, desenvolvendo a prática da digitalização.

Bibliografia

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ - **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes** - 2010

ENRIQUEZ VIVAR, Jorge Eduardo ET al. **Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria**. Santa Maria, UFSM, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Technical Recommendations for Digital Imaging Projects. Prepared by the Image Quality Working Group of ArchivesCom, a joint Libraries/AcIS committee. Last Revised April 2, 1997. Disponível em: <http://www.columbia.edu/acis/dl/imagespec.html>. Acesso: 20 Jun. 2009



Área: Cultura e Educação

Responsável pelo trabalho: Cássia Gisele de Moraes

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

ARQUIVO PERMANENTE: EM BUSCA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFES

Autores: Cássia Gisele de Moraes ¹; Henara Simões Cola ²; Lucas Furtado Gramlich ³; Luiz Carlos da Silva ⁴; Maria Aparecida Monteiro Rosemberg ⁵; Rosa da Penha Ferreira da Costa ⁶; Shirley Conceição Vita ⁷; Tiago Braga da Silva ⁸.

Resumo

Devido a um incêndio, grande parte dos documentos da UFES até 1986 foi perdida e o restante considerado de valor histórico e guarda permanente. Este projeto é respaldado pela Política de Arquivos da UFES e seu objetivo geral é a reconstituição do Acervo Arquivístico da UFES visando assegurar a integridade da sua memória institucional registrada em seu patrimônio arquivístico até 1986. A organização/reconstituição deste acervo será baseada no princípio da proveniência documental. O projeto é uma parceria do Serviço de Protocolo Geral (SERPROG) com o Departamento de Arquivologia da UFES e seu desenvolvimento estrutura-se em duas metas de trabalho principais que convergirão para a construção do banco de dados do Sistema de Arquivos (SIARQ). A base do mapeamento são os itens documentais devido ao comprometimento da organicidade e ao fato da Universidade não possuir um Plano de Classificação que orienta sobre as séries e sub-séries existentes nesse período. A partir da avaliação e preservação destas informações iniciaremos a composição do Arquivo Permanente, a estruturação das unidades setoriais e a criação das ferramentas de gestão documental baseadas na pesquisa institucional. Desde Agosto de 2010 foram tratados e cadastrados 854 processos na primeira meta e concluídos na segunda o mapeamento de três Centros Acadêmicos, e outros quatro em fase de conclusão no *Campus* de Goiabeiras. Criando um acervo documental físico permanente, referenciado em um banco de dados e disponibilizado no seu portal, a UFES terá condições de fomentar a pesquisa institucional e gerir com excelência este sistema proposto em sua política.

Palavras- Chave: Gestão de Arquivos Universitários; Arquivo Permanente; Memória Institucional

Introdução

A tomada de decisão se torna difícil e imprecisa, as estratégias são enfraquecidas, a investigação das ações administrativas produzidas no passado e a prova dos fatos que corroboram direitos e deveres ficam comprometidas quando a memória

¹ Arquivista do Serviço de Protocolo Geral da UFES (SERPROG)

² Discente do curso de Arquivologia da UFES

³ Discente do curso de Arquivologia da UFES

⁴ Docente do Departamento de Arquivologia da UFES

⁵ Bibliotecária-documentalista do Serviço de Protocolo Geral da UFES (SERPROG)

⁶ Docente do Departamento de Arquivologia da UFES

⁷ Discente do curso de Arquivologia da UFES

⁸ Docente do Departamento de Arquivologia da UFES



institucional de uma organização, cuja missão é o ensino, a produção e a difusão de conhecimento, é perdida por um sinistro.

A UFES enfrenta esta situação desde 10 de fevereiro de 1999 quando sofreu um incêndio no Arquivo Geral, localizado em outro logradouro, sob responsabilidade do SERPROG e foi perdida a maior parte de sua documentação até 1986. Naquela época a estrutura da instituição não lhe oferecia o apoio necessário para agir imediatamente. Embora não tenham sido encontrados documentos comprobatórios, a administração superior na época optou por considerar todos os documentos remanescentes como documentos permanentes, evitando que se perdessem os últimos vestígios das ações realizadas neste período. Segundo o Art.7º da Lei 8.159, são considerados permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados, sendo estes documentos inalienáveis e imprescritíveis. Mesmo considerando neste processo de preservação informal todos os tipos documentais, não foram dadas condições para a manutenção dos espaços onde estes documentos estavam alocados e não se promoveu a conservação das peças documentais. Com a descontextualização da massa documental pelo comprometimento de sua organicidade, característica que segundo Bellotto (2004, p.164) evidencia a relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente, referenciando a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora, a interpretação dos fatos tornou-se imprecisa e foram geradas grandes lacunas na memória social da UFES.

Conscientes da responsabilidade de salvaguarda dos documentos públicos e da importância de um projeto neste nível de atuação na Universidade o SERPROG juntamente com o Departamento de Arquivologia propuseram como uma ação extensionista de suas atividades administrativas e acadêmicas este projeto que está sendo executado por arquivistas, bolsistas, docentes e discentes do Curso de Arquivologia no âmbito da UFES, embora sua proposta atinja também interesses do público externo. O objetivo geral é a organização/reconstituição do Acervo Arquivístico da UFES considerado permanente, e ainda o apoio à formalização dos arquivos setoriais e especializados e a promoção de uma nova cultura arquivística na instituição.

Metodologia e Material

Para a execução das atividades nos setores e no Arquivo Geral o SERPROG disponibiliza todo o equipamento de proteção individual recomendado para trabalhos

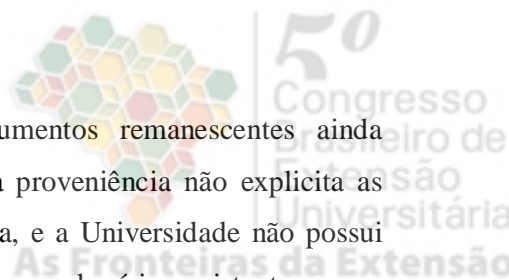
arquivísticos, materiais de escritório, ferramentas de conservação mecânica e equipamentos como *laptops*, máquina fotográfica digital, *pendrive*, impressora. Contamos também com a colaboração dos setores visitados para disponibilização de espaços de apoio às atividades de análise do mapeamento.

Etapas do Projeto			
Meta 1	Período	Meta 2	Período
Criação dos campos descritivos da base de dados e do plano de ação a curto prazo.	2010	Criação do formulário de mapeamento e documentos de controle	2010
Registro fotográfico das condições do acervo	2010 a 2014	Oferta de disciplina Práticas em Arquivo	Em todos os semestres
Higienização, recondicionamento, identificação e descrição dos documentos do SERPROG	2010 a 2014	Visita aos setores para a formalização e autorização do mapeamento	2010 a 2012
Cadastramento dos processos na planilha eletrônica e ordenamento	2010 a 2014	Orientação sobre a metodologia do plano de ação	Em todos os semestres
Elaboração de relatório	2010 a 2014	Acompanhamento dos alunos <i>IN LOCO</i>	Em todos os semestres
Desenvolvimento do banco de dados via WEB	2011 a 2012	Mapeamento, entrevistas e tratamento emergencial dos documentos	2010 a 2014
Implementação da base de dados do projeto no site do SERPROG	2012	Elaboração dos relatórios	Em todos os semestres
Gerenciamento do acesso às informações cadastradas	2012 a 2014	Formalização dos arquivos setoriais	2012
Divulgação dos produtos do projeto em mídia impressa e eletrônica	2014 a 2015	Recolhimento dos documentos e tratamento conservacionista	2013
Digitalização do acervo para a difusão e promoção da memória institucional	2014 a 2015	Divulgação dos produtos do projeto em mídia impressa e eletrônica	2014 a 2015

Na metodologia de levantamento/mapeamento foram adotados o fator cronológico e tipológico como diretrizes para a triagem e o ordenamento dos documentos, já que o tipo documental é a menor unidade material arquivística representativa da espécie documental e da atividade, e a ação no tempo é o que permite um conhecimento mais aproximado da memória destes anos. Na operacionalização do projeto os trabalhos foram divididos em duas metas: na primeira focamos o tratamento, ordenamento, descrição e cadastramento em base de dados dos documentos arquivados no SERPROG remanescentes do incêndio e na segunda focamos o mapeamento documental nos setores da UFES com registros fotográficos, tratamento emergencial dos documentos *in loco* e entrevistas, incluindo aqueles localizados nos *campi* situados em outros municípios.

Resultados e discussões

Embora descontextualizados pelo incêndio, os documentos remanescentes ainda compõem o fundo de arquivo da UFES. Neste caso a proveniência não explicita as divisões internas, pois a organicidade foi comprometida, e a Universidade não possui um Plano de Classificação que oriente sobre as séries e sub-séries existentes nesse período. Ainda assim, é o princípio da proveniência arquivística que garante a estes



documentos o valor de testemunho das ações, contando a história da UFES, e o valor de prova em processos, principalmente naqueles referentes a direitos dos servidores, docentes e discentes e os que podem causar ônus à Universidade.

A situação dos arquivos foi agravada pela precariedade dos locais de guarda, pela negligência na gestão e pelo fato destes documentos não estarem referenciados adequadamente em nenhum sistema eletrônico. A UFES não tem conhecimento exato de quais documentos sobreviveram ao sinistro e de que tipo e procedência eles são. A falta de uma memória organizada cronologicamente do que restou de informações sobre este período dificulta a composição de novos processos que dependem de documentos perdidos destes anos, restando à Universidade apenas justificar continuamente a inexistência destes processos e informações através de cópia do Laudo do Corpo de Bombeiros e de fotos do acervo destruído.

A dispersão da maior parte desta documentação pela Universidade ocorreu por não haver política de arquivos na época, nem servidores capacitados para o tratamento adequado das informações remanescentes. Além disso, o Arquivo Geral arquivava apenas processos, registrados em sistemas informáticos cujo controle de guarda e recuperação era feito por anotação em despacho no sistema de protocolo, impedindo a identificação e a recuperação de outros tipos documentais.

Em 2008 a Universidade aprovou através da Resolução 33/2008 do CUn sua Política de Arquivos, prevendo a criação de arquivos setoriais, arquivos especializados e do Arquivo Geral. Até o momento estas ações não foram implementadas e oficialmente não existe na estrutura da UFES nenhuma destas unidades organizacionais, o que compromete a gestão documental e as ações propostas pelo sistema de arquivos não saem do papel. Neste cenário a reunião da documentação histórica dispersa, sua gestão, a preservação dos documentos e a definição dos papéis e responsabilidades tornaram-se inviáveis. Não sendo possível lotar servidores em unidades inexistentes e nem estruturar espaços físicos para setores não oficializados, o tratamento dos documentos foi iniciado durante o mapeamento documental ainda nas unidades onde se encontram atualmente, apoiando desta forma a criação oficial das unidades setoriais e especializadas e promovendo um maior comprometimento dos servidores com a gestão e preservação dos documentos históricos e recentes.

Este trabalho já vem tendo resultados e algumas mudanças culturais são visíveis apesar do nível de gestão encontrada ser diferenciado em cada unidade mapeada devido

a falta de normas de arquivamento e salvaguarda. No cumprimento da primeira meta as bolsistas do projeto higienizaram, descreveram, reacondicionaram e cadastraram em planilha eletrônica 854 processos. Na segunda, os grupos das disciplinas de Prática em Arquivo e uma bolsista concluíram o mapeamento e o tratamento emergencial em três Centros Acadêmicos, estando em andamento a conclusão de outros quatro, todos do *Campus* Goiabeiras em Vitória/ES. Foram observados durante o mapeamento que a maior parte dos documentos é referente a alunos e à própria criação da Universidade, sendo encontrados também documentos sigilosos dispersos do período do Regime Militar. Apenas um setor mapeado promoveu a digitalização de parte de seu acervo para conservação, acesso e disseminação. A partir de julho de 2011 iniciaremos o mapeamento no *Campus* da UFES situado no município de São Mateus/ES e também o desenvolvimento da base de dados eletrônica via *web* em parceria com o Núcleo de Processamento de Dados (NPD) da Universidade.

Conclusão

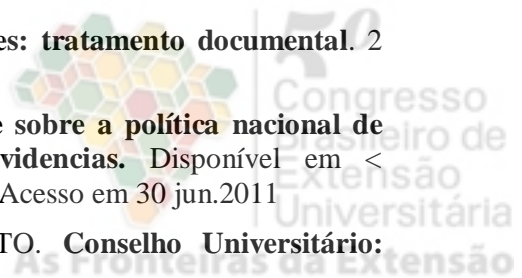
Como o projeto ainda está em execução os objetivos foram parcialmente alcançados, sendo possível notar que os produtos gerados já impactam de maneira positiva a comunidade geral da UFES na socialização do conhecimento, na valorização da memória institucional, na difusão de uma nova cultura arquivístico na Universidade, na empregabilidade dos direitos dos servidores e discentes respaldados pelos documentos arquivísticos e no fomento do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão. Além disso, esta ação extensionista já vem dando o respaldo científico necessário à implantação efetiva do Sistema de Arquivos da UFES com a promoção da integração entre os gestores responsáveis pela guarda documental e facilitando a coordenação das atividades previstas na Política de Arquivos.

Referências

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. **Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 30 jun.2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Conselho Universitário: Resolução nº 33 de 14 de novembro de 2008**.



Circuito de Cinema, Cultura e Psicanálise

Prof. Dr. Francisco Carlos dos Santos Filho¹
Profa. Dra. Bibiana de Paula Friderichs²

Resumo: O “Circuito de Cinema, Cultura e Psicanálise” é uma atividade interdisciplinar centrada na troca genuína entre saberes e inspirada no mais absoluto rigor acadêmico. O cinema é o pré-texto que aciona o debate entre as diferentes leituras que um filme suporta para iluminar o mesmo objeto em suas distintas faces. Isso permite integralizar a compreensão de uma obra, aproximar discursos na verdadeira troca entre disciplinas e ressaltar as diferenças entre os fundamentos desses campos científicos. Os acadêmicos devem realizar leituras amplas e críticas da sociedade em que vivem e com a qual devem contribuir como profissionais pensantes e ativamente produtivos, seja atuando em meios de comunicação de massa, formação básica de crianças, ensino, formação de leitores, juristas, historiadores, intelectuais ou promovendo saúde física e psíquica em instituições e na clínica. O Circuito de Cinema existe desde 2001, e até 2006 constituiu-se num espaço privilegiado de debates aberto à comunidade, tendo o cinema como ponto de partida para tratar de comunicação, arte, literatura, direito, história, filosofia, cultura e subjetividade. Nos últimos cinco anos tornou-se uma atividade de extensão da Universidade de Passo Fundo, sendo atualmente desenvolvido pela Faculdade de Artes e Comunicação em parceria com o PROJETO – Associação Científica de Psicanálise, com futuro ingresso do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Através do evento alunos e comunidade desenvolvem habilidades de leitura ampla do texto audiovisual, identificando elementos da linguagem cinematográfica e uma diversidade de facetas ofertadas pelos conceitos tecidos a partir da cultura e da psicanálise, aprendendo a pensar fenômenos sociais emergentes na narrativa.

Palavras-Chave: Cinema, cultura, psicanálise.

Área Temática: Cultura e Comunicação.

1. Introdução

A psicanálise como ciência é prática viva, inserida na comunidade, formando parte do imaginário das pessoas como modelo de pensamento e modalidade de tratamento psíquico; que não pode permanecer isolada em instituições de iniciados que falam sempre entre si mesmos, reverberando um discurso que – se por um lado não se contradiz – morre por inanição de novidade ao longo do tempo. Com essa ideia em mente, o PROJETO – Associação Científica de Psicanálise realizou, desde 1999, vários movimentos para estabelecer laços de intercâmbio com a comunidade e com outras áreas do saber, especialmente por intermédio da universidade. Está entre essas iniciativas a semente que deu origem ao “Circuito de Cinema, Cultura e Psicanálise”.

¹ Psicanalista, Doutor em Método Psicanalítico e Formações da Cultura pela PUCSP, professor titular do Curso de Psicologia e professor de Técnica de Entrevista do Curso de Jornalismo da Universidade de Passo Fundo.

² Dra. em Comunicação Social pela PUCRS, professora dos Cursos de Jornalismo e Publicidade da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: bibiana@upf.br

O embrião do “Circuito”, como é carinhosamente conhecido o evento, está numa atividade realizada em 1999, ainda na sede da Associação, que se chamou “Circuito de Psicanálise Exportada”. Essa atividade científica esteve composta por duas mesas de debates sobre o tema “Mídia, Ética e Subjetividade”. Em uma delas se discutiu o filme “O advogado do diabo”, tendo como eixo central a ética e reunindo o Prof. Dr. Ângelo Cenci, filósofo e professor do Curso de Filosofia do IFCH/UPF, e a psicanalista Dóris Wittmann dos Santos. Na outra mesa estavam o Prof. César Azevedo dos Santos, do Curso de Radialismo e TV da FAC/UPF, e o Prof. Dr. Francisco Santos Filho, psicanalista e professor do Curso de Psicologia do IFCH/UPF. O tema: “Os meios de comunicação e a subjetividade”. O entusiasmo foi tanto que Dóris Santos compartilhou com o Prof. César um antigo projeto seu para a Associação que estava à espera dos parceiros certos: um evento multidisciplinar, na Universidade, que deveria reunir várias pessoas, de diferentes áreas do conhecimento, para debater cinema. Marcou-se então nova reunião para aprofundar a proposta de trabalho. Nela o Prof. César trouxe seu colega, Prof. Eduardo Wannmacher, responsável pelas disciplinas de cinema no curso de Radialismo e TV, e aí surgiu o germe do que viria a ser o “Circuito de Cinema, Cultura e Psicanálise”. Desse momento em diante a concretização do Circuito contou sempre com a parceria entre FAC/UPF e PROJETO para dar forma e realidade à primeira edição.

A relevância dessa atividade sempre esteve muito clara para ambas as partes, e se justifica por três eixos fundamentais. O primeiro diz respeito ao tipo de psicanálise que o PROJETO deseja para si e para a região, uma psicanálise engajada, comprometida com a comunidade e integrada com o meio acadêmico, um discurso pulsante e vivo que pode trocar com outros discursos da academia. Esse ideal é o fundamento de todo o trabalho da instituição. O segundo aspecto consiste na convicção de que o acadêmico deve ter espaços interdisciplinares de discussão aberta e franca, firme nas diferenças de princípios, que suporte a diversidade, mas leal e amiga o suficiente para superar vaidades e rivalidades e atravessar longos anos ensinando convívio e crescimento na diferença. Esse ingrediente é parte do cimento consistente que sustenta o Circuito até hoje, levando às mesas de debate um clima de divergência temperado pela amizade e pela disponibilidade sincera de ouvir o outro. Esse clima chegou ao público, consolidando o Circuito de Cinema como um evento de grande afluxo de pessoas desde o início. A Universidade, portanto, era parceira natural, e o compartilhamento desses princípios fez do curso de Radialismo e TV o leito fértil onde a proposta poderia prosperar. O terceiro elemento é a comunidade de Passo Fundo e da região do Planalto Médio e Oeste de Santa Catarina. São aproximadamente um milhão de

pessoas ávidas por atividades que tenham consistência intelectual e se debrucem sobre produções artísticas de largo espectro como o cinema. Era preciso que a comunidade geral, gente de todas as idades e de fora da academia viesse ao Circuito, o que sempre motivou a divulgação em todos os espaços públicos possíveis da cidade e em jornais regionais que espalhassem a notícia do evento por todos os lados. Foi assim que cafés, livrarias, mercados, shoppings, hospitais, prédios públicos e privados, locadoras de filmes – enfim, uma ampla gama de locais que as pessoas que apreciam cinema costumam frequentar – tornaram-se alvo constante do trabalho de divulgação.

A primeira edição realizou-se no Auditório da Faculdade de Odontologia, com um surpreendente público de 250 pessoas por noite. De lá para cá o evento se realizou todos os anos, em maio ou em junho, tornando-se tradicional, esperado e com público crescente. Mais tarde a ele se juntou o “Circuitinho de Cinema, Cultura e Psicanálise”, dedicado ao debate de filmes “infantis” como “Procurando Nemo”, “Os incríveis” e “O mágico de Oz”.

Os objetivos do “Circuito de Cinema, Cultura e Psicanálise” como são:

- Organizar um evento que possibilite instrumentalizar os alunos das áreas de Comunicação Social, Ciências Humanas, Artes, Ciências Jurídicas, Educação e de todas as áreas técnicas que lidam com o ser humano para a leitura de textos audiovisuais – destacadamente o cinema - buscando desenvolver o senso crítico, estético, ético, a profundidade do pensamento, e compreender as nuances da vida subjetiva e social;

- Proporcionar um espaço para que pessoas da comunidade em geral tenham acesso ao cinema como arte que permite, a partir de suas obras, desenvolver o senso crítico, estético, ético profundidade de pensamento para compreender a vida subjetiva e social;

- Organizar exposições públicas de filmes de alta qualidade que sejam representativos de aspectos da vida contemporânea e da história no Brasil e no mundo;

- Debater esses filmes a partir da análise realizada por professores das áreas da Comunicação Social, História, Arte, Literatura, Filosofia, Direito e Psicanálise, assim como da leitura realizada pelos alunos e membros da comunidade envolvidos;

- Reconhecer o cinema como polo de informação e reflexão através do qual é possível compreender e rediscutir a realidade humana e social ali representada;

- Identificar elementos históricos, estéticos e éticos presentes na construção da narrativa cinematográfica;

- Examinar a composição psicológica das personagens - os dramas humanos, o sofrimento psíquico, as enfermidades e os recursos criativos – apresentadas pelas narrativas a fim de compreender sua condição humana.

2. Método

O plano de trabalho do Circuito consiste nos seguintes passos: apresentação de três ou quatro longas-metragens, um por noite, cada um deles seguido da análise feita por especialistas e professores de comunicação, cinema, história, artes, direito, filosofia, literatura e psicanálise, contemplando as especificidades dos aspectos abordados pela narrativa em suas respectivas áreas. Cada debatedor tem quinze minutos para expor sua leitura do filme. Após essa análise inicial, o debate é aberto ao público presente, que pode encaminhar perguntas escritas à mesa ou fazê-las de viva pelo microfone sem fio, contribuindo com a discussão das considerações realizadas sobre o filme.

A preparação de cada evento segue os procedimentos que descrevemos a seguir. Os filmes são escolhidos mediante um processo de seleção criterioso. Inicialmente são pré-selecionados pelos organizadores e especialistas em cinema da FAC um número considerável de filmes sem limite de quantidade. Os organizadores, juntamente com uma equipe de apoio – formada por um ou dois professores da FAC e dois ou três membros da Associação – assistem a todos os filmes e realizam uma nova seleção, identificando um tema que os une que será eixo temático daquele Circuito. Essa parte do procedimento se aplica aos Circuitos que se tornaram temáticos, com filmes ordenados a partir de um eixo central que atravessa toda discussão, desde a nona edição. Chega-se então à eleição dos três ou quatro filmes que serão exibidos. A seguir são feitos os convites para as mesas conforme a temática de cada filme. Antes de cada evento, a Associação oferece um jantar para o qual todos os debatedores e colaboradores são convidados. Nesse jantar de trabalho os componentes das mesas se reúnem e realizam um acerto sobre os pontos que cada um vai focar no debate, organizando previamente o trabalho do dia do evento. Quando se chega ao debate, o clima íntimo de troca amistoso e favorável é percebido pelo público.

Cada evento foi gravado na íntegra, restando registro audiovisual dos debates e da produção de todos os “Circuitos”. Aos painelistas é solicitado um texto para suas exposições, que é ponto de partida para uma publicação que está em planejamento. Após o evento é realizado um encontro de avaliação geral da atividade e para início da organização do próximo ano, com a fixação de datas e propostas para o tema e para os filmes.

3. Resultados e discussões

Em onze anos de realização anual do evento existe uma extensa história a ser examinada. Nas duas primeiras edições, o evento aconteceu no Auditório da Faculdade de Odontologia (FO), no Campus I da UPF, com um público que surpreendeu agradavelmente os organizadores, animando-os a prosseguir adiante. Foram, em média, 250 pessoas por

noite, num auditório com capacidade para aproximadamente 230 pessoas. Havia gente sentada no chão ao longo dos corredores, o que deu ao evento uma cara jovem, vibrante e dinâmica. Na terceira edição o evento ocorreu no auditório da Biblioteca Central (BC) da UPF, no mesmo Campus, com a capacidade um pouco menor de aproximadamente 200 pessoas. Esse fato fez agravar-se o problema de acomodação. Nesse ano, o Circuito passou a ser um evento do PROJETO e da FAC, não mais restrito ao curso de Radialismo e TV.

Nas edições quatro, cinco e seis, retornamos ao Auditório da FO, mantendo a mesma intensidade de interesse público. Na sexta edição o Circuito ganhou dois acréscimos importantes: o “I Circuitinho de Cinema, Educação e Psicanálise”, e passou a emitir certificados de horas complementares como atividade acadêmica da FAC. Esse fato incrementou a procura do evento por acadêmicos dos cursos da FAC. A sétima e a oitava edições seguiram o mesmo caminho: no mesmo local, acompanhadas do Circuitinho, mas com acréscimo significativo de público, lotando cada vez mais o auditório e provocando, algumas vezes, a impossibilidade de muitas pessoas acompanharem os trabalhos do evento.

Na nona edição, um marco importante: o público aumentou tanto que a Vice-Reitora de Graduação na época, Profa. Dra. Eliane Colussi, ao realizar a abertura, providenciou para que o Circuito fosse acomodado num dos auditórios do Centro de Eventos da UPF, com capacidade para 400 lugares, que ficou completamente lotado. Nas noites em que o evento permaneceu no Auditório da FO, uma transmissão simultânea chegava ao Auditório da BC que recebia aqueles sem lugar no local original do evento. O acréscimo de público, que se fazia sentir a cada ano, estava consolidado. Contribuiu para esse fato a conversão do Circuito de atividade acadêmica da FAC para evento de extensão, que ocorreu a partir de 2007, na sétima edição.

Nas edições nove, dez e onze, o Circuito passou a ser temático. A nona edição trouxe como tema eixo dos debates “O mal: em qualquer tempo, em qualquer lugar, em qualquer um”, A partir desse ano, um outdoor de grande alcance, próximo ao trevo de acesso da UPF, anunciava a todos os passantes o evento cultural quinze dias antes de sua realização. A décima edição contou com uma mostra retrospectiva dos 10 anos do Circuito no saguão do auditório, com todo o material de divulgação da história do Circuito e com um vídeo comemorativo preparado pela Agência Experimental de Comunicação, na FAC. A Agência de Comunicação da UPF (AGECOM) foi quem sempre preparou, com a criatividade de seus estagiários, alunos bolsistas e professores responsáveis, toda a arte do material de divulgação do evento. O tema da décima edição foi “As múltiplas faces de Eros”. A mais recente edição do Circuito, de maio de 2011, a décima primeira, trouxe ao

debate filmes que tratam de eventos históricos marcantes, com o tema “O cinema conta a história”. As últimas duas edições já se realizaram integralmente no Centro de Eventos da UPF, contando com um público de aproximadamente 400 pessoas, sendo em média 300 inscritos para a ação de extensão e outras 100 pessoas da comunidade.

4. Conclusões

Os objetivos fixados pelo projeto de extensão foram atingidos plenamente. Em alguns pontos, especialmente no que tange a participação dos acadêmicos e da comunidade em geral, expectativas foram superadas. A consistência das discussões a cada nova edição evidencia a formação de um público capaz de pluralizar leituras, reconhecer o texto na trama do discurso audiovisual, identificar os elementos peculiares à sua linguagem e, apoiados nos conceitos tecidos pelo campo da cultura e da psicanálise, ressignificar os textos cinematográfico compreendendo os fenômenos sociais que emergem das narrativas.

Além disso, o “Circuito” constitui-se em espaço regional alternativo de acesso a produção cinematográfica. Os filmes exibidos em seus encontros não costumam integrar a programação das salas de cinema locais, muitos deles sequer chegaram ao Brasil, pois não pertencem à rota comercial do gênero. São obras que marcam vanguardas cinematográficas realizadas para festivais e, muitas vezes, premiadas, produtos de uma acuidade estética elaborada ou do chamado cinema de autor, que, em geral, guardam um imenso potencial de reflexão sobre a vida subjetiva e social. Ao debruçar-se sobre o depoimento de alguns alunos, por exemplo, é possível compreender que o evento possibilitou a promoção da arte e, ao mesmo tempo, a ampliação dos discursos sobre o mundo, discursos complexos que, para parte deste público, talvez não estivessem acessíveis de outra forma pelo desconhecimento ou falta de recursos para buscá-los.

No entanto, novos objetivos foram se agregando aos iniciais, e encontram-se ainda em planificação. Entre eles está a edição de um livro contendo os textos significativos para a história do evento – como aberturas, exposições e debates – que possam ampliar e socializar ainda mais os resultados alcançados por esse trabalho.

5. Referências Bibliográficas

ARRIVÉ, Michel. *Linguística e psicanálise*. São Paulo: EDUSP, 1994.

BARTUCCI, Giovana (org.). *Psicanálise, cinema e estéticas de subjetivação*. São Paulo: Imago, 2000.

FREUD, Sigmund. *El creador literário y el fantaseo (1908)*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006. 24v. v.IX.

SCHNITMAN, Dora Fried. *Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad*. Buenos Aires: Paidós, 1994.

“INOVANDO, COMPREENDENDO E RESGATANDO A MEMÓRIA E A CULTURA LOCAL DA ESCOLA NOSSA SENHORA DA PENHA”

Área Temática: Cultura
Orientadora: Rejany dos Santos Dominick
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Autora: Daise dos Santos Pereira

Resumo:

Apresento alguns aspectos da proposta desenvolvida em um grupo de referência do 2º Ciclo do Ensino Fundamental com crianças entre 8 a 10 anos. O projeto “Inovando, compreendendo e resgatando a memória e a cultura local da escola municipal Nossa Senhora da Penha”, se realiza em uma escola no município de Niterói/RJ a partir da metodologia de pesquisa-participante. Venho desenvolvendo junto aos atores sociais da escola ações com a perspectiva de trabalho por projetos. Atividades semanais são organizadas com os alunos, de acordo com o planejamento da escola e o centro de interesse dos mesmos. Considero importante a constante troca de saberes e parto do princípio de que a cooperação e colaboração são instrumentos eficazes na construção de pessoas autônomas e conscientes de seu papel na sociedade. O objetivo de ensino está pautado em tornar conhecido o patrimônio cultural local e, a partir dessa aquisição promover a conscientização sobre a preservação deste. O trabalho tem feito pontes com os estudos de Dominick (2008), Horta (1999) e Laraya (2006), Brandão (2004) e Hernández (2004). A experiência vem colaborando para minha formação enquanto professora-pesquisadora, pois os espaços de minhas ações-reflexões, tanto escolar quanto universitário, têm possibilitado caminhos que entrelaçam teorias e práticas. Percebo que o interesse aos bens materiais surge a partir do momento em que o vínculo afetivo vai se construindo. Neste instante, os alunos se reconhecem como parte daquela história.

Palavras-chave: memória, educação patrimonial, preservação



O projeto na escola, “Inovando, compreendendo e resgatando a memória e a cultura local da escola municipal Nossa Senhora da Penha”, integra as ações de pesquisa, ensino e extensão “As artes de fazer a educação em ciclos”, coordenado por Rejany Dominick. O projeto se consolidou em 2004 a partir da parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF) e a Fundação Municipal de Niterói (FME).

Desde maio do ano corrente, venho estabelecendo diálogos com professores e alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental, com idade entre 8 e 9 anos, da escola Municipal N^a Sr^a da Penha, localizada no morro da Penha, em Ponta de Areia, Niterói/RJ.

Trata-se de uma comunidade de antigos pescadores, quando era possível a pesca na localidade. Atualmente o Estaleiro Mauá emprega parte dos moradores daquela comunidade. Além de uma forte presença de marcas da colonização portuguesa.

A escolha do tema se deu com o intuito de proporcionar aos atores sociais o aprofundamento dos saberes existentes, conhecer e preservar o rico acervo histórico-cultural existente no entorno. E assim um caminho que oferecesse aos educandos o encontro com novas aventuras, experimentações e explorações favorecendo a comunicação oral e escrita. Acredito que apropriação da história local pode favorecer significativamente na construção da identidade daqueles alunos de modo que eles se reconheçam como protagonista de sua própria história e não espectadores.

A relevância deste Projeto está na constante de trocas de saberes, mediadas entre a realidade da comunidade escolar como um todo e a nossa interação no sentido dialético de criar com a mesma, possibilidade de refletir e intervir no cotidiano da escola. Para tanto, usamos como referencial teórico a metodologia de pesquisa-participante a partir do diálogo com BRANDÃO (2003).

Buscamos também em FREIRE (2010) compreender o processo de construção de saber estabelecido entre as discentes da universidade e os atores sociais da escola:

“Não posso investigar o pensar dos outros, referido ao mundo, se não penso. Mas, não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros. A investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito de seu pensar. E se seu pensar é mágico ou ingênuo, será pensando o seu pensar, na ação, que ele mesmo se superará. E a superação não se faz no ato de consumir idéias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação.” (Pág. 101)

Inovando, compreendendo e resgatando nosso Patrimônio!

Neste projeto de pesquisa venho focando a produção, registro e análise das práticas *instituintes* de preservação do patrimônio cultural da região. E tomando como princípio a nova organização escolar que está embasada no currículo de Ciclos, venho estabelecendo diálogos com o grupo de referencia (Gr3A) para construções criativas que os levem a pensarem sobre seu papel histórico-social. As atividades são realizadas a partir de projetos de trabalho que segundo Hernández (1998) é uma aproximação da escola com o aluno e se vinculam muito à pesquisa sobre algo emergente.

As atividades semanais são organizadas com os alunos, de acordo com o planejamento da escola e o centro de interesse dos mesmos. Considerando sempre a constante troca de saberes e partindo do princípio de que a cooperação e colaboração são instrumentos eficazes na construção de pessoas autônomas e conscientes de seu papel na sociedade.

Foram traçados objetivos de pesquisa, por meio de perguntas, nos quais, eu como pesquisadora em formação responderei no decorrer do trabalho. E também foram traçados objetivos de ensino por onde as atividades se encaminharão.

Objetivos de pesquisa

1. Como está ocorrendo o desenvolvimento da proposta de ciclos na escola?
2. Como se deu o processo de construção histórica do bairro, no qual a escola está localizada?
3. Como a escola se apropria e se utiliza da riqueza cultural existente no entorno?

Objetivos de ensino

1. Conhecer a história do bairro, onde a escola se localiza.
2. Entender o que é patrimônio material e imaterial.
3. Conhecer alguns patrimônios locais considerados importantes na historia do bairro.
4. A partir do conhecimento dos patrimônios locais, promover a conscientização sobre a preservação destes.
5. Despertar o prazer pela pesquisa, fazendo-os perceberem-se como sujeito ativo na construção do conhecimento.
6. Compreender a utilização das tecnologias de informação como instrumento para pesquisa e construção do conhecimento.

O caminhar...

As atividades foram iniciadas a partir de um levantamento sobre interesses e preferências, sempre em diálogo com o *grupo de referência* e com a equipe pedagógica, a respeito de temas favoráveis a uma aprendizagem significativa e que também expressasse a realidade na qual os educandos se inserem. Em seguida, foi uma relação dos assuntos com os quais os alunos demonstraram maior afinidade e os submeti a escolha dos alunos, como forma democrática de construir em conjunto o projeto.



Mural de sugestões : Gostei da atividade, quero aquela atividade, não quero essa atividade.

Acredito que os atores sociais ao participarem da produção de conhecimentos criam possibilidades de se conscientizar da importância de aprender e escrever sua própria história, pois segundo Brandão (1984), é necessário:

Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa-participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular. (p.11)

Delineamos, eu e o grupo d referência, como se deu a colonização portuguesa e suas principais contribuições na construção dos costumes locais. Foram apresentados a eles gravuras de diversos lugares, sugerindo que fizéssemos uma viagem imaginária. E em seguida construímos uma linha do tempo, que fica exposta na sala de aula.



Foram lhes entregues folhas de papel com espaços definidos para inscrições da escrita e do desenho, objetivando os registros dos imaginários, as crianças optaram pelo desenho. Tal opção, veio ao encontro de minha proposta, pois esta fruição possui um amplo poder de descrição da realidade.

Para Vygotsky (2009), a criança desenha aquilo que conhece, de acordo com suas interações sociais e, ao estabelecer trocas de experiências e aprendizados, vai sendo modificada, adquirindo formas culturais de ação que transformam a maneira dela se expressar, pensar, agir e sentir. Minha ação, enquanto mediadora do processo, visa proporcionar múltiplas formas de contato com o meio, com a cultura e com os símbolos.

Minha intenção é potencializar as interações entre os saberes docentes e discentes, procurando despertar à curiosidade para as diferentes características culturais, sobretudo da cultura portuguesa, através das expressões do cotidiano dos educandos.

Apesar de ainda não ter concluído o projeto, posso avaliar que este tem alcançado seus objetivos, pois as atividades propostas trabalham no sentido de integrar as diferentes áreas do conhecimento, onde a linha essencial deste currículo esteja centrada no princípio de um “currículo vivo”, afinado com a proposta da “escola do nosso tempo”, numa perspectiva que ofereça autonomia para que as crianças façam escolhas e opinem sobre as atividades, de maneira que os atores sociais sejam instigados a buscar o conhecimento através de suas próprias descobertas e desta forma aprender.

O processo de avaliação tem sido contínuo, estando presente em todas as etapas de atuação, onde busco perceber e reavaliar condições específicas e gerais, admitindo críticas e propondo novos rumos em função destas.

Bibliografia:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

DOMINICK, Rejany. SILVA, Cinthia F. e SOUZA, Neiva V. “Tecnologias em diálogos na formação de professores.” Anais do II Congresso Internacional Cotidiano: diálogos sobre diálogos. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. RJ: Paz e Terra, 1979

HERNÁNDEZ, Fernando. Organização do Currículo por projetos de trabalho. SP: Artmed, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. - 20.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

VYGOTSKY, Lev. **A imaginação e a arte na infância.** Tradutor Miguel Serras Pereira. Lisboa: Ed. Relógio



INVENTÁRIO DO ACERVO ARQUITETÔNICO DE SÃO JOÃO DEL REI

Área temática

cultura.

Responsável pelo Trabalho

Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos

Instituição

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Autores

Luan Ariel Sigaud Vasconcellos dos Santos; Marcos Vinícius Teles Guimarães; Karina da Silva Martins Rodrigues; Amanda Acipreste Rodrigues Costa.

Resumo

A presente proposta de comunicação aborda o inventário de estruturas arquitetônicas de São João del-Rei, município tricentenário mineiro de aproximadamente 85 mil habitantes. Trata-se de um projeto de extensão que propicia a interação entre a comunidade, o poder público municipal e a universidade.

Essas três instâncias dialogam no desenvolvimento do projeto em que a universidade, em parceria com a secretaria de cultura e turismo de São João del-Rei, desenvolve o trabalho extencionista de levantamento de bens culturais do município, ao mesmo tempo que busca dialogar com os moradores da cidade e com os órgãos representativos da sociedade civil, como o conselho municipal de patrimônio e associações de moradores de bairro.

O projeto articula comunidade e universidade para inventariar e resguardar o patrimônio arquitetônico são joanense, tendo como axioma a necessidade de conhecer para preservar, no sentido de: como é possível preservar o desconhecido? Consideramos o processo de inventário uma peça importante de (re) conhecimento do patrimônio da cidade.

Palavras- chave

patrimônio cultural, São João del-Rei, inventário



Introdução

O município de São João del-Rei possui acervo arquitetônico muito “rico” em si, tamanha sua variedade de estilos, caracterizado como uma “colcha de retalhos” estilística. Na cidade é possível encontrar representantes do estilo colonial, art déco, eclético, neoclássico e modernista, frutos da influência das condições geográficas, econômicas e culturais específicas que através do tempo vêm transformando e resignificando a cidade e região, que já foi sede da Comarca do Rio das Mortes, passou pela instalação da ferrovia centro oeste mineira, até a atual cidade que abriga uma universidade federal e tem forte vocação econômica ao turismo.

A cidade, sua memória e patrimônio passam a ser elementos fomentadores de novas criatividades e produções culturais, ao tempo que relembando o antigo se faz o novo, preservar para criar.

Em meio a uma cidade tão fervilhante de cultura e possibilidades, a Secretaria de Cultura municipal, iniciou nesse ano de 2011 uma parceria com UFSJ, com o proposta de inventariar o patrimônio arquitetônico da cidade, haja vista a necessidade do desenvolvimento desse trabalho no município. O projeto conta com a coordenação do Prof. Guimarães e da Arquiteta da prefeitura Karina Rodrigues; integram a equipe dois bolsistas e nove voluntários oriundos dos cursos de graduação em história, arquitetura, geografia, além de dois mestrados em história. O projeto conta ainda com colaboradores como arquitetos da prefeitura e funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – escritório técnico de São João –, caracterizando uma equipe transdisciplinar e eclética.

A comunidade é convidada a participar da escolha dos imóveis a ser inventariada através da aplicação de questionários, consultas a associações de moradores de bairro, além da articulação com o conselho municipal de patrimônio, instituído na cidade desde 1998

Material e Metodologia

A realização do projeto se iniciou com o trabalho de campo minucioso onde, após o treinamento dos bolsistas e voluntários, foram percorridas todas as ruas da poligonal do centro histórico delimitada pelo conselho municipal de patrimônio, objetivando a identificação dos imóveis com possível valor histórico cultural para o município. Após essa etapa foi realizada a aplicação de questionários objetivando apreender a percepção da comunidade a respeito de quais bens patrimoniais deveriam ser inventariados. Na terceira fase foi realizado o preenchimento da ficha de inventário dos imóveis selecionados.

Resultados e Discussões

Além da preocupação em incluir a população no processo de escolha do que seria inventariado, o projeto gerará produtos: em curto prazo os inventários, em longo prazo cartilhas e ações de educação patrimonial, produtos que retornam à comunidade de maneira pública e ficam disponíveis para consulta a qualquer interessado nas escolas do município e na prefeitura.

Dentro do processo de trabalho de campo inicial, teve-se como resultado um banco de dados para a prefeitura municipal com mapeamento, catalogação, fotografia e endereço de 960 imóveis, a atualização do mapa do centro histórico e as dez fichas de inventários, além de dezenove fichas em que foi revisada a parte do histórico do imóvel.

Foi constatada como dificuldade, a relação entre população residente e agentes públicos de preservação do patrimônio, indicando a necessidade de mais projetos de educação patrimonial na cidade, entendendo-se educação como um processo dialógico e permanente.

Conclusão

O projeto está em seu ano inicial e há muito a ser realizado, no sentido de educação patrimonial e reconhecimento do patrimônio arquitetônico municipal. No entanto, o projeto de extensão se mostrou eficaz, ao promover a integração entre poder público municipal, universidade e comunidade, na elaboração de inventários de patrimônio arquitetônico, além de possuir papel relevante na produção de material para futuros desdobramentos e pesquisas a serem realizados. Outro ganho do projeto de extensão foi a capacitação dos alunos envolvidos na elaboração de instrumentos de preservação de patrimônio cultural (inventários).

Referências

A Arquitetura Eclética e sua integração com a arquitetura colonial de São João del-Rei; Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Nacional Pró - Memória; 7ª Diretoria Regional - Minas Gerais; Escritório Técnico de São João del-Rei - Minas Gerais

MALDOS, Roberto. *Formação urbana da cidade de São João del-Rei*. 13 Coordenação Regional. <http://www.saojoaodelreitransparente.com.br/pt/researchesView.php?>



researchesID=

MALDOS, Roberto (coord.). *São João del Rei: passado, um presente para o futuro*. São João del Rei: IPHAN, 1995.

_____. *Formação urbana da cidade de São João del Rei* (Manuscrito). São João del Rei, s/d.

Mapa de População. São João del Rei. MP/Cx.6. (Arquivo Público Mineiro).

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Coreografia Histórica da Província de Minas Gerais* (1837). APM, 2vol., 1979.

PEREIRA, Honório Nicholls. *Permanências e transformações nas cidades-monumento: teatro social e jogos de poder (São João del Rei, 1937-1967)*. Dissertação de Mestrado.

“MEMÓRIA URBANA DE PALMAS-TO: A IMPORTÂNCIA DA RECUPERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS REGISTROS INICIAIS DA CONCEPÇÃO DA ÚLTIMA CAPITAL PLANEJADA DO SÉCULO XX”¹

ÁREA: Cultura;

LINHA: 37. Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial;

RESPONSÁVEL: Ana Beatriz Araujo VELASQUES;

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Tocantins (UFT);

AUTORES: 1º - Ana Beatriz Araujo VELASQUES; 2º - Ana Paula BORGES;
3º - André Luiz dos SANTOS.

RESUMO:

O resgate e a disponibilização de documentos e registros sobre os antecedentes, o momento da concepção do plano e os primeiros anos da ocupação de Palmas, capital do estado do Tocantins, fundada em 1989, constitui-se em um trabalho fundamental para futuras pesquisas e aprofundamentos na área do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico, não apenas da região norte do Brasil, como também de interesse mundial, visto que tal experiência de criação de uma nova capital foi singular nos últimos vinte anos. Assim, o trabalho em tela se debruça sobre este enfoque fundamentado no tripé ensino, extensão e pesquisa, abrangendo um período de um ano e seus próximos desafios, que se pautam em atividades de levantamentos de campo, entrevistas, organização de seminários e mini-cursos.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio – Urbanismo - Palmas

INTRODUÇÃO:

No âmbito do pensamento urbanístico, o tema “cidades-capitais planejadas no Brasil” tende a conduzir nosso foco, de imediato, à emblemática experiência da construção de Brasília, um dos ícones do urbanismo modernista em todo o mundo, além de destacar o relevante papel desempenhado pelos idealizadores do projeto, os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Ainda que em um patamar de importância inferior, identificamos referências à Goiânia, que antes mesmo da concretização da Capital Federal, rasgara as terras vermelhas do cerrado do Planalto Central, sob a égide do plano de Atílio Correia Lima e Armando de Godoy (1933); e ainda Belo Horizonte, a nova capital mineira projetada no final do século XIX (1895) por Aarão Reis.

No entanto, pouco se sabe sobre a intitulada “última capital planejada do século XX” (SEGAWA, 1991, p. 01): Palmas, capital do estado do Tocantins, fundada em 20 de maio de 1989. O projeto da capital foi encomendado ao escritório “GrupoQuatro” de Goiânia, sob coordenação dos arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, com a previsão inicial de abrigar 300.000 habitantes, podendo chegar a 1,2 milhões.

O partido urbanístico de Palmas estruturou-se sobre a proposta de um sistema viário hierarquizado e orientado pelos pontos cardeais junto aos elementos paisagísticos

¹ Trabalho de extensão em fase inicial conjunto ao de pesquisa cadastrado no CNPq intitulado “Pensamento e Prática na Cidade Contemporânea” e ao de ensino, com oferta de disciplina optativa de mesmo nome, buscando a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

relevantes – a serra do Lajeado a leste, e o rio Tocantins a oeste, ambos em paralelo ao sítio plano destinado à cidade – que setorizam quadras organizadas segundo os usos, além de generosas áreas de preservação ambiental junto aos córregos que descem da serra em direção ao rio, acrescentando-se ainda a determinação de algumas diretrizes de planejamento da ocupação do espaço urbano futuro, voltadas para o controle da expansão e otimização dos custos relativos à implantação da infra-estrutura.

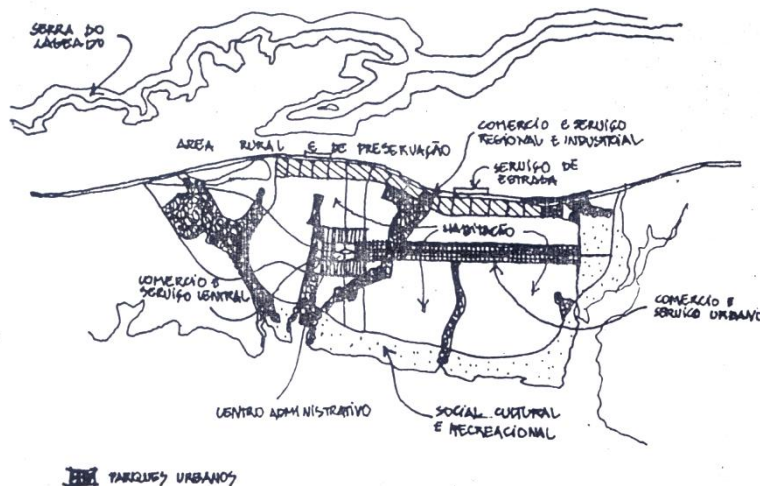


Figura 1 – Croquis esquemático do partido urbanístico de Palmas.
Fonte: GRUPOQUATRO, 1989.

No que diz respeito à “Memória Urbana” de Palmas, nota-se um número escasso de estudos acadêmicos desenvolvidos em graduações, especializações, mestrados, e recentemente doutorados, particularmente encontrados nas áreas de planejamento urbano, urbanismo e geografia. Em linhas gerais, estes tendem a abordar processo conflituoso entre a ocupação do solo urbano e a gestão pública em Palmas.

A investigação do tema e do objeto propostos busca preencher importante lacuna no que tange aos estudos sobre novas capitais criadas no mundo pós-Brasília, bem como em relação à escassez de trabalhos dessa natureza sobre história das cidades e do urbanismo na Região Norte do Brasil, no contexto da Amazônia Legal. Nesta perspectiva, Palmas ganha evidência em função de suas características específicas de cidade planejada e extremamente recente, a partir das quais se configurou a condição de importante laboratório de observação sobre os distintos modos de apropriação a que esse “novo espaço urbano” têm sido submetido ao longo de pouco mais de duas décadas de existência, a partir de um projeto físico de implantação *ex nihilo*, isto é, sem “história” precedente.

Neste contexto, urge uma iniciativa direcionada à realização de um trabalho de extensão, ensino e pesquisa conjuntamente de modo aprofundado, em especial, naquilo que foi o “ponto de partida”, a “origem” de Palmas, qual seja, o seu projeto urbanístico, complementado pela análise dos primeiros anos de ocupação, cujo recorte temporal compreende os cinco primeiros anos.

Ademais, cumpre mencionar que o momento histórico de elaboração do projeto de Palmas no Brasil e no mundo encerra especificidades que agregam interesse ao estudo. Com efeito, o final da década de 1980 encerra um período extremamente conturbado nas dimensões política e econômica, de transição cultural e artística, de quebra de paradigmas epistemológicos para a ciência e ainda de importantes discussões sobre como planejar e intervir nas cidades, protagonizadas, no caso brasileiro, pelos desdobramentos do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e a proposta do Estatuto da Cidade, além dos primeiros contatos com a “nova” visão de planejamento urbano trazida pelos “planos

estratégicos”. Sob este prisma, torna-se bastante valiosa a possibilidade de buscar relatos e documentos oficiais sobre o referido contexto histórico com o próprio autor do plano, o arquiteto e urbanista, e também professor da UFT, Walfredo Antunes de Oliveira Filho.

Mais uma vez ressaltando a condição de capital projetada e jovem, atualmente com vinte e um anos, faz-se mister fomentar a produção de estudos sobre Palmas para a manutenção e disponibilização de informações, dados, registros oficiais ou não, memórias dos seus habitantes, fotografias, pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos, enfim, todo material que subsidie novas investigações e auxilie na preservação da história da cidade.

Sob esse prisma, a ação extensionista contribui com atividades tanto de trabalhos de campo para levantamento de materiais e informações, como na divulgação destes, através da organização de seminários e mini-cursos voltados para a comunidade acadêmica e população interessada em conhecer mais do passado de sua cidade para compreender o presente e vislumbrar um futuro melhor.

MATERIAL E METODOLOGIA:

Seguem abaixo os métodos empregados para realização dos objetivos mencionados:

- Levantar, obter exemplares, estudar e elaborar quadros sobre a produção acadêmica em pós-graduações e eventos científicos sobre Palmas, identificando autores, instituições envolvidas, objetivos, síntese dos trabalhos, com a finalidade de organizar um acervo acadêmico sobre a memória de Palmas;
- entrevistar os profissionais envolvidos com a concepção do projeto; profissionais da área de estudos urbanos que acompanham o crescimento e ocupação do solo na capital desde sua origem; políticos, servidores e governantes que exerceram cargos públicos nas administrações estadual e municipal durante o período abordado.
- entrevistar a população residente desde o início da ocupação da cidade de modo geral;
- proceder a um levantamento jornalístico, a fim de identificar reportagens relacionadas ao ambiente da emancipação do estado do Tocantins, a criação da nova capital e os primeiros anos de sua ocupação urbana;
- realizar trabalhos de campo junto aos órgãos governamentais, escritórios de arquitetura e urbanismo e universidades, para levantamento de informações e documentos a serem digitalizados.
- organizar seminários a partir das leituras de fundamentação teórica e sobre o objeto propriamente dito, sobre as seguintes temáticas: modelos de planejamento, gestão e desenho urbano identificados como modernos e pós-modernos, e seus rebatimentos sócio-espaciais do ponto de vista histórico; urbanismo e planejamento urbano no Brasil, com ênfase sobre a concepção dos projetos para novas cidades e/ou capitais; projetos para novas capitais planejadas pós-Brasília no mundo: Abuja (Nigéria), Islamabad (Paquistão) e Dodoma (Tanzânia); programas nacionais europeus de criação de novas cidades pós-Brasília, em especial na Inglaterra, França e Holanda; planejamento regional e urbano na região norte do Brasil, historicamente e panorama atual; planejamento regional e urbano no estado do Tocantins, historicamente e panorama atual; antecedentes históricos, políticos, sócio-econômicos, físico-espaciais da concepção do projeto de Palmas; trajetórias de vida e profissionais dos co-autores e da equipe de elaboração do projeto; propostas e diretrizes do Memorial do projeto; relação entre o processo histórico de ocupação urbana e as primeiras leis urbanísticas do município nos primeiros cinco anos da nova capital; legado e educação patrimonial na arquitetura e no urbanismo.

Quanto à infra-estrutura e meios, inicialmente o projeto se utiliza do ambiente e máquinas do “Laboratório de Arquitetura e Urbanismo” do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT, localizado no bloco I do Campus Universitário de Palmas, até que se organize futuramente em espaço próprio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho conjunto de ensino, extensão e pesquisa ainda é jovem, concluindo apenas um ano de atividades no mês de agosto de 2011. Efetivamente este apresenta resultados mais direcionados ao aumento do conhecimento sobre a concepção urbana de Palmas pela comunidade acadêmica através da disciplina optativa ministrada, bem como das participações da equipe em congressos nacionais como o Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), e o Encontro Nacional de Estudos Urbanos e Regionais (ENABER), além de participação em palestras e discussões relativas ao desenvolvimento urbano de Palmas junto a outras instituições e gestão municipal e estadual.

As entrevistas com os autores do plano e políticos, a revisão bibliográfica e levantamento das leis urbanísticas dos primeiros cinco anos da cidade estão em andamento.

A organização e digitalização de documentos, desenhos, plantas, publicações, leis, fotografias, bases cartográficas, referentes à elaboração do Plano Urbanístico da Capital do Tocantins – Palmas, vem sendo realizada a partir do acervo profissional e pessoal do co-autor do projeto, Arq. e Urb. MSc. Walfredo Antunes de Oliveira Filho.

CONCLUSÕES:

Neste ínterim, outros alunos de graduação e pós-graduação da Universidade se integraram ao trabalho realizando atividades em andamento com produtos previstos para o próximo ano, tais como dissertações, trabalhos finais de graduação, monitorias e estágios docentes, além de bolsistas e voluntários nas áreas de extensão e pesquisa.

Constituem-se em novos desafios para os próximos anos realizar os seminários de cunhos teóricos e empíricos abertos à comunidade em geral com participação de atores externos ao ambiente acadêmico, bem como a oferta de mini-cursos, com o objetivo de estreitar as relações entre academia e comunidade, contribuindo com seriedade para a discussão sobre essa experiência histórica importante que foi a criação de Palmas, em 1989.

REFERÊNCIAS:

GRUPOQUATRO. Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico. Goiânia, 1989 (Mimeog.).

SEGAWA, Hugo. Palmas, cidade nova, ou apenas uma nova cidade? Revista Projeto. São Paulo, n. 146, out. 1991.

SERRA, Gerado Gomes. Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp/Mandarim. 2006. 256 p.

MINERAÇÃO NO SÉCULO XVIII EM OURO PRETO: DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO

Área temática: Cultura

F. SOBREIRA – Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

A. Castanheira Maia; E. Ferreira; T. Lucon; H.Lima

RESUMO

As atividades de mineração de ouro durante o Século XVIII no entorno das cidades de Ouro Preto e Mariana (Serra de Ouro Preto) deixaram inúmeros resquícios e ruínas, que hoje podem ser considerado como patrimônio arqueológico. Este patrimônio corre risco de perda pela expansão urbana e pelo desconhecimento de sua importância por autoridades e cidadãos. O projeto de extensão busca divulgar a existência e importância deste acervo junto às populações locais, incentivando sua preservação e utilização futura sustentável. As atividades junto às comunidades constam de reuniões, palestras e caminhadas culturais, sempre focando o acervo existente em cada comunidade, sendo já desenvolvidas em uma das cinco comunidades previstas. Os resultados até o momento foram altamente positivos, com uma participação forte da comunidade, que compreendeu os objetivos da proposta e a ela se engajaram.

Palavras Chave: Mineração Século XVIII, Arqueologia Industrial, Ouro Preto

INTRODUÇÃO

A descoberta do ouro em Minas Gerais nos primórdios do século XVII ativou a vida sócio-econômica do Brasil, e principalmente das Minas Gerais, gerando um novo centro de produção e consumo. Durante mais de um século foram desenvolvidas atividades extrativas nos locais onde hoje estão implantadas as cidades de Ouro Preto e Mariana (Eschwege, 1833; Ferrand, 1887; Sobreira e Fonseca, 2001).

Um importante acervo arqueológico foi gerado e encontrava-se esquecido nas encostas da Serra de Ouro Preto até que um grupo de interessados, pesquisadores da UFOP, profissionais que atuam na cidade e populares, passaram a desenvolver trabalhos registrando, mapeando e cadastrando os vestígios desta antiga atividade (Crispi, 1995; Domingues, 2006; Sobreira *et al.*, 2009), atualmente divulgados em periódicos (Sobreira e Fonseca, 2001, Fonseca *et al.*, 2001), eventos técnico-científicos (Lima *et al.*, 1995; Sobreira *et al.*, 2008) e em algumas atividades extensionistas (Maia *et al.*, 2009).

As estruturas remanescentes destas atividades, tais como canais de condução de água (aquedutos), sarilhos (poços circulares), galerias subterrâneas (minas), ruínas de mundéus (barragens feitas para retenção de material desmontado das encostas), barragens para retenção de água para as atividades mineiras e edificações civis de vários tipos, constituem grande potencial arqueológico e turístico, sendo essenciais ao entendimento da mineração nos séculos passados.

Vários destes locais já foram mapeados e caracterizados, sendo alguns já em processo de criação de parques arqueológicos. No entanto, há ainda muitas áreas em que não há iniciativas no sentido de preservá-las. Neste processo de degradação do patrimônio muitas vezes a própria população age como elemento deletério, tanto pela ocupação urbana, como pela depredação dos resquícios da antiga mineração, quase sempre por desconhecer a importância destes locais. Neste contexto, há uma grande demanda pela divulgação da existência e importância dos vestígios da mineração do Século XVIII e dos estudos que até o momento foram realizados sobre o tema. Assim, o projeto de extensão

“Mineração de Ouro no Século XVIII em Ouro Preto e Mariana: divulgação e conscientização do acervo arqueológico junto as populações locais”, financiado pela FAPEMIG e desenvolvido pela UFOP, busca preencher esta lacuna e fomentar uma maior participação da população na preservação deste acervo arqueológico.

O objetivo geral da proposta é a criação de um elo entre o conhecimento acadêmico hoje existente e as comunidades que residem nos locais onde houve a extração de ouro no século XVIII, que têm também um conhecimento e informações sobre estes locais. O compartilhamento destes conhecimentos pode gerar um suporte para a sustentabilidade destas áreas, a partir do momento em que a comunidade tenha maior consciência da realidade existente de sua comunidade e sua relação com a história das cidades (Ouro Preto e Mariana) e busque se apropriar dela, inclusive com a possibilidade de benefícios econômicos, com o desenvolvimento de atividade turística sustentável.

Especificamente, o trabalho busca proporcionar à comunidade do entorno desta área a apropriação e a valorização deste patrimônio, fortalecer/estimular o sentido de lugar e de pertencimento; inspirando orgulho ético e cidadania, estimular a coesão social através do fortalecimento de identidades locais, restaurando auto-estima, respeito e dignidade desses moradores, promover pesquisas integradoras que assegurem a participação democrática e solidária da população local na preservação do seu próprio patrimônio cultural, contribuir no estudo da história da mineração na região durante o século XVIII, incentivar a preservação do patrimônio existente e contribuir com a sustentabilidade deste acervo natural e cultural.

MATERIAIS E METODOLOGIA

As atividades propostas serão desenvolvidas em cinco comunidades de Ouro Preto e Mariana, estando já na segunda destas (o bairro São Cristóvão em Ouro Preto já teve as atividades encerradas). A metodologia de trabalho tem 6 fases, a saber:

- 1 – Inventário e coleta de dados e informações acerca dos locais alvo, tais como relatórios e trabalhos desenvolvidos nestes (imagens, mapas e demais informações cartográficas) de forma a se levantar previamente o acervo existente e reconhecível nestes materiais;
- 2 – Contato com lideranças comunitárias (associação de moradores e outras entidades civis) buscando a divulgação do projeto e organização das atividades previstas, de forma a agregar o maior número de pessoas destas comunidades interessadas no tema;
- 3 – Realização de reuniões e palestras junto às comunidades, abordando a história da mineração do ouro no Século XVIII, as técnicas e métodos utilizadas nas atividades e os vestígios resultantes destas;
- 4 – Levantamento do acervo remanescente em cada comunidade e elaboração de roteiros para visitação e aulas de campo, inclusive com a seleção dos locais mais interessantes, didáticos e acessíveis;
- 5 – Caminhadas *in loco* pelos sítios arqueológicos da mineração do ouro, guiadas pelos participantes do projeto e equipes comunitárias (visitas a minas subterrâneas e visitas a estruturas em superfície);
- 6 – Compartilhamento e apresentação para toda a comunidade do relatório final dos trabalhos desenvolvidos através de palestras, exibição de filmes e fotografias do acervo identificado e dos trabalhos. Nesta etapa também será fomentada a realização de debates e discussões para definição de ações futuras no sentido de preservação do acervo e da sua utilização sustentável (conservação, turismo, atividades didáticas e de pesquisa).

A UFOP disponibiliza como contrapartida, uma sala no Museu de Ciência e Técnica, com mobiliário e despesas correntes (luz, telefone, internet, etc.), que funciona como base do projeto (reuniões, preparação de material, arquivo do acervo existente e a ser adquirido, etc.). As atividades junto às comunidades são desenvolvidas em espaços destas

(sede de associações comunitárias, escolas, salões paroquiais), segundo cada comunidade. Os equipamentos utilizados são também cedidos pela UFOP, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (veículos, projetor multimídia, computador, material de trabalhos de campo, etc.). Alguns equipamentos como de espeleologia para visitação de galerias subterrâneas são disponibilizados pela Sociedade Excursionista Espeleológica – UFOP.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área oeste da Serra de Ouro Preto, que atualmente compreende os bairros Passa Dez e São Cristóvão, foi a comunidade escolhida para início as atividades do projeto. Esta região foi uma das principais áreas de extração aurífera, com a utilização de várias técnicas de extração, como o desmonte hidráulico e perfuração de galerias subterrâneas. A partir meados Século XIX, a lavra aurífera, conhecida com “Veloso”, foi definitivamente abandonada, ficando assim preservados inúmeros renascentes desta atividade até a década de 1960, quando a criação do novo acesso à Ouro Preto cortou a área e fomentou a gradativa ocupação urbana não planejada e, conseqüentemente, predatória do local.

Desta forma os resquícios da mineração aurífera foram sendo descaracterizados ou simplesmente destruídos por negligência e das autoridades competentes, na maioria dos casos, e pelo desconhecimento sobre tais estruturas por parte dos novos moradores que ali passaram a se estabelecer.

As atividades do projeto iniciaram-se no dia 15 de dezembro de 2010 quando, juntamente com as lideranças locais anteriormente contactadas, foi apresentado para a comunidade o projeto e a proposta de desenvolvimento da “Oficina Cultural do Veloso”. Esta oficina foi organizada na forma de reuniões e palestras com foco em aspectos relacionados à memória, cultura, meio ambiente e história de Ouro Preto e do bairro e na realização de caminhadas no bairro e seu entorno (inclusive a região conhecida como Passa Dez), com visitação e levantamento do acervo existente. Ainda neste encontro, foi escolhida uma equipe comunitária, que passou a desenvolver e acompanhar o cronograma da oficina cultural proposta, em conjunto com a equipe do projeto.

Durante o mês de janeiro de 2011, foram elaborados os materiais didáticos e roteiros das atividades de campo, sendo a oficina ministrada nos meses de fevereiro e março de 2011, as quintas, sábados e domingos, com a realização de duas reuniões com debate, três palestras, uma volta no entorno das cidades e quatro caminhadas culturais.

No primeiro encontro da “Oficina Cultural do Veloso” foi apresentada palestra abordando o acervo patrimonial arqueológico da mineração através de gravuras, fotos, mapas etc.. A partir desta exposição, abriu-se um debate em torno da memória e lembranças dos primeiros moradores da região, que atualmente estão com a idade aproximada de 65 a 75 anos.

Num segundo encontro, foram abordadas as técnicas e processos da antiga mineração aurífera praticada na região. Após a apresentação, os moradores participantes puderam identificar e relatar os seus conhecimentos sobre os vestígios que ainda podem ser encontrados no entorno do bairro, além de resgatar inúmeras histórias acerca de dezenas de outros resquícios que não mais existem.

Nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2011, foram iniciados os trabalhos de campo. No primeiro dia, com a participação de 18 moradores, foi percorrido em micro-ônibus o entorno das cidades de Ouro Preto e Mariana, com paradas em pontos de vistas da Serra de Ouro Preto, de onde puderam ser observados tanto o conjunto do acervo da mineração do Século XVIII, como as alterações na paisagem decorrentes destas atividades. No dia seguinte, realizou-se a “1ª Caminhada Arqueológica” em torno do Sítio do Veloso/Passa Dez. Esta caminhada, com participação de 21 moradores, percorreu os limites de chácara setecentista, posteriormente transformada no Jardim Botânico de Ouro Preto e que,

infelizmente, hoje se encontra em estado de ruína. Na oportunidade puderam ser reconhecidas partes dos aquedutos do Passa Dez, que ainda são utilizados para o abastecimento de água de parte da região.

No dia 19 de fevereiro de 2011, foi realizada a “2ª Caminhada Arqueológica”, com a participação de 19 moradores. Desta vez, o roteiro buscou reconhecer uma área bastante freqüentada por grande parte dos moradores: as lagoas Azul e da Prata, antigos reservatórios e distribuidores de água para o desmonte do material aurífero a ser trabalhado e apurado na lavra do Veloso. Nesta ocasião percorreu-se também extensos seguimentos dos aquedutos do Passa Dez, que foram escavados na rocha durante o século XVIII e hoje encontram-se abandonados e gradativamente descaracterizados em grandes trechos. Foram também feitas entradas em várias galerias subterrâneas existentes no trajeto.

No dia 24 de fevereiro de 2011, foi realizado um grande debate entre os participantes da oficina em torno das questões e observações até então levantadas. Com o tema “Sítio Arqueológico do Veloso: ontem, hoje e amanhã”, foi lançada a ideia de criação de um sítio arqueológico, assim como vem sendo feito em outras porções da Serra de Ouro Preto por estudiosos e interessados na questão. A discussão diagnosticou ainda inúmeras situações de risco e abandono do acervo existente. No final do debate, foi proposta em conjunto com a comunidade, a elaboração de um relatório a ser apresentado junto aos órgãos competentes (Secretaria Municipal de Patrimônio, e IPHAN), buscando ações e soluções concretas para a área em questão.

No domingo, dia 27 de fevereiro de 2011, com a participação de 23 moradores, realizou-se a “3ª Caminhada Arqueológica”. Desta vez o roteiro buscou a extremidade leste do bairro, saindo da Associação Comunitária, passando pela região conhecida como “Dedão do Veloso” (escarpa rochosa provocada por ação do desmonte hidráulico dos terrenos auríferos) e indo até a cumeeira da Serra de Ouro Preto. Na oportunidade foram feitas entradas em galerias subterrâneas e percorreu-se o entorno da maior estrutura construída ainda preservada neste sítio, as “ruínas do Paque”, nome que homenageia um morador, que por iniciativa própria, vem conservando a integridade deste importante vestígio da mineração aurífera.

No dia 17 de março de 2011, foi proferida palestra pela e historiadora Sidnéa Santos, nativa e moradora do bairro, com o tema: “Patrimônio Cultural e Natural da Serra de Ouro Preto”. Na oportunidade os presentes puderam expor suas percepções, curiosidades e sentimentos pelo lugar que moram, como também a vontade própria de fazer do lugar um espaço cada vez mais aprazível e sociável.

No dia 20 de março de 2011, foi realizada a “4ª Caminhada Arqueológica”. Desta vez o roteiro buscou percorrer toda a cumeeira da Serra de Ouro Preto, que limita o “Sítio do Veloso/Passa Dez”. Com a participação de 41 moradores, a caminhada passou por importantes vestígios naturais e arqueológicos, tais como “Pedra Molar”, “Curral de Pedras”, resquícios da antiga estrada para o Rio das Velhas (com remanescentes do calçamento original), até a capela de São Sebastião, onde foi realizada uma confraternização entre os participantes.

Como encerramento da “Oficina Cultural do Veloso” realizou-se em conjunto com os moradores o reconhecimento e registro de antigas estruturas que ainda se encontram em meio às novas construções do bairro, tais como: mundéus, reservatórios, minas subterrâneas, vestígios de aquedutos, sarilhos, áreas de desmonte etc. Ao final da atividade ficou acordado que o “Relatório das Condições do Bairro São Cristóvão” deveria ser elaborado e assinado por todos participantes da oficina.

Atualmente (junho/2011) estão sendo desenvolvidas atividades junto à comunidade do Bairro Go-Go, em Mariana.

CONCLUSÕES

O projeto procura, de uma forma mais ampla e geral, a inclusão social e a educação patrimonial da população, de forma a acentuar as responsabilidades no tocante à preservação do patrimônio arqueológico e a apropriação deste pelos cidadãos. Com a educação patrimonial e conscientização da população sobre a importância de seus bairros busca-se também fomentar outras iniciativas comunitárias no sentido de valorizar e conservar o patrimônio existente, tais como criação de museus comunitários, turismo arqueológico sustentável, etc.

A participação da comunidade foi considerada excelente, apesar de nem todos poderem estar em todas as atividades. No entanto, muitos moradores, embora não participando, se inteiraram das atividades e as apoiaram, o que trouxe uma maior divulgação do projeto. Ressalta-se ainda que as caminhadas proporcionaram o cadastramento de muitas estruturas e galerias ainda não registradas, enriquecendo o banco de dados que a equipe do projeto desenvolve há algum tempo.

Pode-se considerar como resultado mais relevante, a inserção de um espaço “não consagrado” no conjunto histórico tombado nas cidades de Ouro Preto e Mariana, principalmente no contexto da população do Bairro São Cristóvão.

Os autores agradecem à FAPEMIG pelo apoio financeiro e à PROEX/UFOP pelo apoio logístico e bolsas de extensão concedidas.

BIBLIOGRAFIA

CRISPI, M. *Antigas Minas de Ouro Preto: Impactos Físicos e potenciais usos*. 1995, Relatório de Iniciação Científica - Universidade Federal de Ouro Preto, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ouro Preto, 1995.

DOMINGUES A.L. *Cadastro do acervo arqueológico relacionado à antiga mineração do ouro em Ouro Preto e Mariana*. 2006, 39 f. Relatório de Iniciação Científica. - Universidade Federal de Ouro Preto, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ouro Preto, 2006.

ESCHWEGE, W. L. von, 1833, *Pluto brasiliensis.*, São Paulo: Cia Editora Nacional, Ed. 1944.

FERRAND, P. Ouro Preto e as minas de ouro. *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, p 261-263, 1887.

FONSECA, M.A.; SOBREIRA, F.G.; RAINHO, M.S. & OLIVEIRA, M.V. Unbridled development of urban space and its implications for the preservations of landmarks *Cities*. Great Britain, v.18, n.6, p.381-389, 2001.

LIMA, H. M. ; CRISPI, M. ; CAVALCANTI, J. A. . Mapeamento das antigas minas de Ouro Preto: Subsídios para implantação de sítios históricos. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA DOS SÍTIOS HISTÓRICOS, 1, 1995, Lisboa. *Anais...* Lisboa, 1995.

MAIA, A. C. et al. Sou do Ouro Sou Minas Gerais. Oficina desenvolvida no Festival de Inverno de Ouro Preto – 2009. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2009.

SOBREIRA, F.G. ; FONSECA, M.A Impactos físicos e sociais de antigas actividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. *Geotecnia*, Lisboa, v.92, p.5-28, 2001.

SOBREIRA, F.G.; LIMA, H.M., DOMINGUES, A.L.A., VICENTIM, F.V. Alterações paisagísticas pela extração do ouro do século XVIII no distrito de Passagem de Mariana (Município de Mariana, MG). In: CONGRESSO DA ABEQUA, X, 2008, Anais... Guarapari: ABEQUA, 2005.

SOBREIRA, F. G. ; DOMINGUES, A.L. ; TAVARES, R. B.; LIMA, H. M. Acervo arqueológico relacionado à antiga mineração do ouro em Ouro Preto. In: Gilberto Dias

Calaes; Gilson Ezequiel Ferreira. (Org.). *A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq, 2009, p. 141-158.



O modo de fazer Jurupiga: projeto de salvaguarda de uma produção artesanal

Área temática: Cultura

GRUNDEMANN, Helissa R.¹; BAPTISTA, Jean T.²

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Resumo

Tendo em vista o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que promove a salvaguarda de aspectos culturais em risco considerados como patrimônio imaterial; e considerando que a Jurupiga, bebida típica de Rio Grande produzida na Ilha dos Marinheiros pode ser considerada um patrimônio cultural imaterial brasileiro justamente em vias de extinção, o objetivo do projeto “*O modo de fazer Jurupiga: inventário, registro e salvaguarda de uma produção artesanal*” é a proteção e a valorização deste bem cultural. Por ser um modo de fazer tradicional e artesanal, percebe-se que ao longo do tempo foi perdendo espaço na conjuntura econômica atual, necessitando de políticas ativas como a de salvaguarda que fomenta estes aspectos culturais, que vem passando de geração em geração e que são um símbolo da identidade local. Assim, o presente artigo tem como objetivo constatar o desenvolvimento do mencionado projeto, que resultou na construção do registro da Jurupiga como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade do Rio Grande (Lei nº 6.972 de 22 de dezembro de 2010) - o primeiro passo para assegurar seus direitos enquanto saber tradicional. Contudo, ainda são necessárias várias etapas até que ela possa se tornar Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, instância que, sim, asseguraria sua proteção e incentivaria sua produção, já que hoje ela é somente comercializada por uma única família na Ilha dos Marinheiros.

Palavras-chave: Bebida tradicional, Patrimônio Imaterial, Rio Grande-RS.

Introdução

A Jurupiga consiste em uma bebida por vezes chamada de licor, vinho ou cachaça, mas não existe melhor definição do que a dos próprios ilhéus que a produzem: “é

¹ Graduanda de História e Bolsista de extensão na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

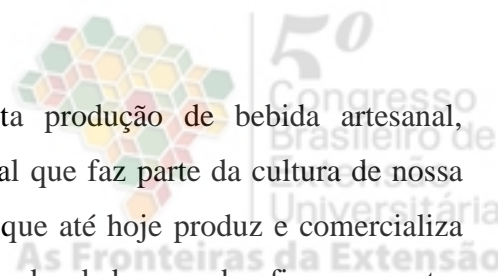
² Prof. Dr. Orientador e Coordenador do programa Comunidades FURG – COMUF na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Jurupiga"! Herança dos colonos portugueses, é produzida na Ilha dos Marinheiros e em menor escala na Ilha do Leonídeo, sua vizinha, ambas distritos de Rio Grande – RS; sendo também produzida no norte de Portugal até hoje. A Ilha dos Marinheiros foi o primeiro local do Estado (meados do século XIX) a cultivar em grande escala a uva do tipo Isabel (RUIVO, 1994, p.156). Com isto, tornou-se uma grande produtora e exportadora de vinho e de Jurupiga, conhecimentos que vieram dos colonos portugueses e foram passando de geração em geração.

Percebe-se o quão enraizado está este modo de fazer na cultura dos ilhéus e no município como um todo, sendo parte da identidade local. Porém, na década de 1940, houve uma série de enchentes na ilha que arrasaram suas plantações e implantaram pragas, como a *pérola*, especialmente prejudicial as videiras (PINHEIRO JR., 2007, p.50). Com isto, houve grande queda da produção de uvas, e os vinhos da ilha começaram a ficar em segundo plano devido a crescente produção da Serra; assim, a produção de Jurupiga igualmente foi muito prejudicada, pois agora é necessário importar uvas, o que torna o processo muito mais caro. É evidente porque a maioria dos moradores hoje produz apenas para consumo próprio, pois entre a plantação e colheita de hortifrutigranjeiros para o sustento da família, atividades típicas da Ilha, não há tempo nem dinheiro para se dedicar a Jurupiga.

Porém, há uma família que dedica sua vida para a produção de Jurupiga. O produtor Hermes da Silva Dias, juntamente com sua mulher e dois filhos, ao perceber que este modo de fazer tradicional estava cada vez mais escasso, decidiu começar a comercializar a Jurupiga. Entretanto, a família de Hermes passa por inúmeras dificuldades por tentar comercializar este produto que é fruto de uma agricultura familiar, com um modo de fazer artesanal que não se encaixa com os meios de produção industriais da atualidade. Fato este que acaba desencorajando outros produtores a também comercializar, o que a família de Hermes incentiva, pois quer que o modo de fazer Jurupiga persista e resista ao tempo e a quaisquer dificuldades, uma vez que a bebida está vinculada à sua identidade, à sua família, enfim, à sua história.

Nosso objetivo, portanto, é salvaguardar esta produção de bebida artesanal, colaborando para a preservação de um saber tradicional que faz parte da cultura de nossa cidade, assim como para o sustento da citada família que até hoje produz e comercializa esta bebida. Desta forma, no presente artigo serão abordados os desafios que estes



objetivos enfrentam, assim como serão discutidas as conquistas já feitas neste sentido, como a produção da Lei municipal.

Material e Metodologia

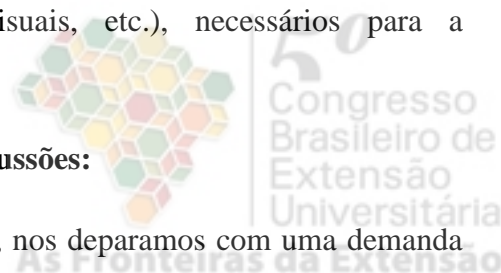
O projeto de salvaguarda da Jurupiga faz parte do programa Comunidades FURG – COMUF, contemplado no MEC em 06/2011, que objetiva agir sobre as demandas sociais apresentadas à universidade contemporânea, ressaltando seu papel de agente conectado às comunidades. Assim, como em todos os projetos do COMUF, acredita-se que “O método nasce a partir da problematização da vida cotidiano, os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas” (GOHN470036, 2006, p. 33-34).

A metodologia de Roda de Memória ou Roda de História também nos norteia para as ações futuras. Ao se realizar em espaço público, integrando membros das comunidades envolvidas, contextualizados com a intenção do encontro, possibilita que a intenção de cada um em prol de um objetivo comum possa ser alcançada com respeito ao bem de cada um. Entende-se esse gênero de atividade guiado a partir de uma problemática definida conforme os interesses das comunidades, procurando selecionar entre os envolvidos as principais memórias que podem servir para a ação que se pretende, não sem deixar de lado outras informações que possam levar a novas problemáticas e a novas conquistas (Cof. LOPEZ, 2008, p. 55).

Principalmente, a realização deste estudo patrimonial recorre a estratégias de inventários e registro, valendo-se do Manual para Aplicação do INRC como a principal fonte metodológica. O INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN, que objetiva auxiliá-lo na produção de conhecimentos e diagnósticos sobre os domínios da vida social que são considerados referências de identidade para os grupos sociais. O Manual nos norteia para a aplicação do INRC, demonstrando o conjunto de procedimentos de registro (produção textual, fotografias em série-sequência, recursos áudios-visuais, etc.), necessários para a salvaguarda de um patrimônio imaterial.

Resultados e Discussões:

Após uma visita inicial à Ilha dos Marinheiros, nos deparamos com uma demanda imediata da família: a sua pequena loja estava ameaçada de ser fechada, por pressão do



Ministério da Agricultura, que queria taxar a bebida como qualquer outro destilado industrial, obrigando-os a pagar taxas que eles não teriam condições e a se adaptar às normas industriais de produção de bebidas alcoólicas, o que é completamente inviável, pois a produção perderia sua essência. A partir de então se tomaram medidas para registrar este bem como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade do Rio Grande. Esta conquista se concretizou a partir da consulta dos moradores e produtores em relação as suas necessidades, e, após reuniões com a Prefeitura e com o produtor de Jurupiga, resultou na geração da Lei nº 6.972 de 22 de dezembro de 2010. Com o registro de patrimônio esta bebida tradicional não pode nem deve ter de se enquadrar nos preceitos industriais atuais; inclusive, é um dever constitucional proteger os aspectos culturais brasileiros considerados como patrimônio. Esta conquista foi de grande importância para a família, pois fornece um respaldo legal e aumento de autoestima, colaborando para a manutenção a produção e a comercialização desta bebida, que aprenderam a fazer com seus pais, avós e bisavós.

Porém, o desafio mais urgente é estabelecer uma seguridade imediata para o empreendimento, registrando o comércio como empresa para que ele não permaneça na ilegalidade e corra risco de falência devido ao não cumprimento de burocracias que majoritariamente tratam de produtos industriais. Assim, é necessário conseguir alternativas de registro de empresa levando em conta seu modo de fazer artesanal e seus aspectos culturais, sociais e patrimoniais. Este passo é emergencial para salvaguardar o comércio da Jurupiga, pois o registro no IPHAN, que é o objetivo final, prevê ainda muitas etapas e burocracias que podem vir a demorar a se concretizar.

Conclusão:

Percebe-se que o projeto está em etapa inicial. Ainda há muito a fazer para salvaguardar esta produção na cidade do Rio Grande. Apesar de já termos alcançado resultados concretos, como a realização da Lei Municipal que declara o modo de fazer jurupiga como Patrimônio Imaterial do Rio Grande, somente o registro em instância municipal não protegerá este patrimônio em risco. Assim, o projeto objetiva o registro em âmbito nacional, seguindo os critérios do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial do IPHAN que para acionar o mecanismo do INRC necessita de informações históricas básicas sobre o bem a ser registrado; documentação disponível sobre este bem (no caso da Jurupiga, seria necessário documentar o modo de fazer da bebida através de fotografias e vídeos); e referências documentais e bibliográficas disponíveis.

Porém, antes de iniciar a sistematização de informações através de entrevistas, Rodas de Memória e pesquisa em arquivos históricos e bibliotecas, precisamos atender à demanda emergencial da família, que é um registro empresarial adequado ao seu modo de produção e dentro de seus limites financeiros, o que está provando ser um desafio. Percebe-se que quando a atuação ativista é necessária, principalmente em questões patrimoniais de emergência como esta, o historiador possui carências em sua formação, que não o prepara para lidar com as demandas da sociedade. Por muitas vezes enxerga-se o papel do historiador com o de um profissional que somente lida com fatos passados que de nada afetam no nosso cotidiano, ignorando que este profissional muito pode contribuir em ações extensionistas, servindo de mediador entre a universidade e a comunidade e ajudando na salvaguarda de memórias, histórias e modos de fazer que são parte da nossa cultura.

Referências:

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CORSINO, Célia Maria; ARANTES NETO, Antônio Augusto. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Ensaio: avaliação das políticas públicas da Educação Pública. Educação: Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

LOPEZ, Immaculada. Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa, Senac, São Paulo, 2008.

PINHEIRO JR, André Pedro. A questão da produção e do consumo do vinho de mesa na cidade do Rio Grande – RS. Rio Grande: FURG, 2007. 68 p. Trabalho de Graduação em Geografia Licenciatura Plena, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

RUIVO, José Carlos Vieira. Contribuição para a história da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, RS. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). Temas da História do Rio Grande do Sul. Rio Grande: FURG, 1994.



Organizando e aprendendo sobre arquivos e museus: procedimentos de arranjos, descrição e dificuldades

Rosane Balsan, Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional. Dra. em Geografia, Professora Adjunta do Curso de Geografia. rosanebalsan@hotmail.com

Núbia Nogueira do Nascimento, Universidade Federal do Tocantins. Bibliotecária-Documentalista. nog.nubia@yahoo.com.br

Mariela Cristina Ayres de Oliveira, Universidade Federal do Tocantins. Campus de Porto Nacional. Dra. em Engenharia Civil, Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Tocantins. marielapalasm@hotmail.com

Resumo

Esse resumo vai relatar ações da Universidade Federal do Tocantins com apoio da parceria do Ministério da Educação (2009-2010) na área de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Os acervos do Arquivo da Cúria Diocesana e do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional tem subsidiado outras atividades que são consideradas interdisciplinares entre o Departamento de Arquitetura e Urbanismo, História e Geografia da UFT, permitindo aos alunos dos cursos desenvolverem pesquisas teórico-práticas e conhecimento da história de Porto Nacional-TO e do Estado do Tocantins por meio de estudos da realidade histórica, social e cultural referente aos documentos textuais e objetos inventariados. A metodologia adotada levou em conta procedimentos teóricos da Ciência da Informação e da Arquivologia adaptados as situações específicas dos arquivos. A partir do levantamento de informações relevantes estabeleceram formulários que integram o banco de dados informatizado do acervo. Entre eles: autor, título, data, número de páginas, palavras-chave, cidade, Estado, Estado Atual, País, forma, formato, formato do texto, número de vias, gênero, tipo, localização, suporte, data de entrada do documento, responsável e observações. A equipe está em continuidade de desenvolvimento do projeto com a continuação de mais documentos a serem inventariados nesse ano de 2011 e com o apoio do MEC no projeto: “A produção dos instrumentos de pesquisa, através dos acervos da Cúria e do Museu Histórico Cultural de Porto Nacional-TO”

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Arquivo da Cúria Diocesana. Museu Histórico e Cultural. Porto Nacional-TO.



Introdução

É objetivo deste trabalho relatar os procedimentos de arranjo e descrição adotados principalmente pelo projeto PROEXT 2010: “A produção dos instrumentos de pesquisa, através dos acervos da Cúria e do 'Museu Histórico e Cultural' de Porto Nacional/TO” e, com isso futuramente proporcionar que os instrumentos de pesquisa oferecem aos pesquisadores, entre as quais a preservação da identidade do patrimônio cultural Portuense e do Estado do Tocantins. Iniciado em 2009, o projeto conseguiu reunir 3.500 mil documentos, 170 abjetos e 16 banners. A equipe do projeto tem organizado, inventariado os arquivos da Cúria Diocesana de Porto Nacional e os objetos do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional. Cabe salientar que uma das dificuldades encontradas no processo de descrição foi a de caracterização de conjuntos documentais tão particulares, no caso da Diocese de Porto Nacional. Assim, o projeto está em fase de andamento, pois é um trabalho que requer ainda atender não apenas a preservação, mas também o processamento técnico de documentos.

O início do projeto

Foram realizadas reuniões com representante da Cúria Diocesana e com representantes do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional, apresentando o projeto e finalmente iniciou-se o inventário no Arquivo da Cúria Diocesana e do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional no dia 02 de fevereiro de 2010 com a primeira etapa com o projeto: “A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: a acessibilidade através dos acervos”.

A fase mais demorada foi a de separação e codificação dos documentos exigindo muita atenção quando da inserção nos assuntos estabelecidos. A Elaboração do banco de dados digital: seleção da entrada de dados. Inicialmente foi elaborado em formato excel e posteriormente para o Access.

A segunda etapa foi a continuidade, com o projeto no dia 03 de maio do corrente ano: “A produção dos instrumentos de pesquisa, através dos acervos da Cúria e do 'Museu Histórico e Cultural' de Porto Nacional/TO”.

Alguns resultados

O arquivo da Cúria Diocesana apresenta mais de 15.000 documentos e está sendo organizado da seguinte forma:



Quadro 1- Organização do Arquivo Corrente da Cúria Diocesana de Porto Nacional-TO

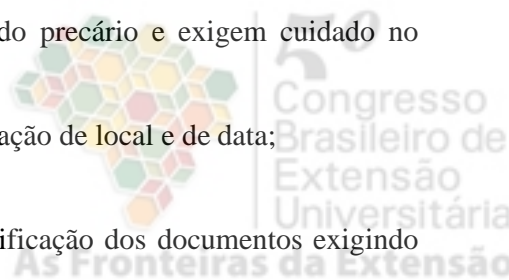
Arquivo corrente	Entrada no Arquivo Corrente
	Classificação
	Tramitação
	Arquivamento

Fonte: as autoras, 2011.

Após a conclusão do inventário será sugerido normas de consulta e empréstimo através de uma base de dados que será disponível online no site (em desenvolvimento) da Cúria. Com o decorrer do projeto, surgiram outros problemas como:

- a) material de arquivamento adequado;
- b) condições ambientais inadequadas;
- c) ausência de termoigrômetros (aparelhos que medem a umidade relativa de temperatura);
- d) identificação dos agentes de deterioração dos acervos;
- e) pragas capazes de desfigurar, danificar e destruir o acervo;
- f) documentos que apresentavam perfurações, sujidades e manchas foram higienizadas com o auxílio de pó de borracha e com o uso de um pincel de pelos macios;
- g) ausência de prateleiras de metal e mapoteca para armazenagem adequada;
- h) acondicionamento dos documentos em caixas inadequadas;
- i) documentos de diversas temáticas avulsos. Em uma variedade de tipos, podemos destacar: atas, bilhetes, cartas, certidões, telegramas, ofícios, relatórios, recortes de jornal, entre outros;
- j) documentos de diversas línguas: latim, francês, italiano e inglês e espanhol;
- k) manuscritos ilegíveis, de inteligibilidade duvidosa;
- l) alguns documentos estão corroídos e apresentam fragmentos desbotados ocasionando perda de informação;
- m) alguns documentos identificados estão em estado precário e exigem cuidado no manuseio;
- n) alguns documentos apresentam ausência de indicação de local e de data;
- o) alguns documentos manuscritos.

A fase mais demorada foi a de separação e codificação dos documentos exigindo muita atenção quando da inserção nos assuntos estabelecidos. Primeiramente fazemos a análise técnica dos documentos identificamos: autor, local, data (levando em consideração



a especificidade do tempo: ano, década, século), Em seguida separamos os documentos danificados aqueles que merecem um tratamento específico, para os menos deteriorados fazemos a higienização. Logo, fazemos a leitura técnica do documento, retiramos as palavras-chave, aquelas que são mais significativas ao documento.

Ao escolher as palavras-chaves temos um cuidado redobrado, pois são a principal fonte de recuperação da informação na base de dados. Temos o cuidado de especificar a cidade e o estado quando surge casos de homônimos (palavras com mesma grafia, mas com significado diferente). Após descrevemos a informação na ficha de identificação, no qual possuem os mesmo dados das informações inseridas no programa, as fichas são as salvaguarda para preservar a informação, caso ocorra algum dano futuro na base de dados, teremos a informação impressa. Por fim inserimos as informações no sistema e armazenamos os documentos em caixa arquivo.

Espera-se uma ampliação crescente dos números de documentos inventariados e uma efetiva integração entre comunidade e universidade, contribuindo para as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. No Museu, a ideia de divulgar o acervo na internet dos 175 objetos aproximados e dos 16 banners, para divulgar a instituição junto às pessoas da comunidade as quais viveram e através de objetos reconstrói em suas memórias momentos importante da identidade e da sua cultura. Neste ano pretendemos fazer uma ação para ampliar os registros de cada objeto, para melhor identificação das informações.

Considerações finais

O Arquivo da Cúria Diocesana de Porto Nacional e o Acervo do Museu tem-se constituído em troca de saberes sistematizados, acadêmicos e iniciantes em uma área de pesquisa nova para a equipe. Assim, espera-se que a produção do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade e que esta contribua com o desenvolvimento local e regional.

A documentação da Cúria Diocesana tem um valor riquíssimo pois retrata a cultura, costumes e a religião da população centro-oeste, norte e demais regiões brasileiras. Por apresentar diversos tipos de documentos como: mapas, fotografias, desenhos, manuscritos, ofícios, recortes de jornais entre outros, faz com que haja um maior número de usuários interessados em buscar informação seja historiadores, geógrafos, arquitetos, artistas plásticos, jornalistas, estudantes e outros com interesse de resgatar a memória cultural de uma população.

Finalmente, espera-se que no ano de 2012 seja entregue todo o inventário do arquivo da Cúria Diocesana e a ampliação da descrição dos objetos existentes no Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional. Assim, espera-se ampliar o número de visitantes e pesquisadores nessas instituições.



PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Suellen Siqueira Martins de Moraes

Área temática: Cultura e Educação

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

¹Maria da Glória Alves

²Mirian Alves Viana

³Suellen Siqueira Martins de Moraes

RESUMO

O presente trabalho vem com a principal função de conscientizar a sociedade local e regional em termos dos patrimônios naturais e culturais existentes no município de São Francisco de Itabapoana. Em razão de suas particularidades históricas e naturais, o município possui um expressivo patrimônio, destaca-se com os locais de importância geológica, arqueológica, paisagística, ecológica, climática e um rico histórico cultural. Partindo de uma gama de informações adquiridas através dos pesquisadores e alunos da UENF, mas principalmente, pela população de São Francisco do Itabapoana por meio de entrevistas e longas conversas, foi possível produzir um grande material, composto por textos, fotos e mapas sobre os bens patrimoniais da região. Além disso, está sendo iniciada uma discussão para futuramente ser confeccionados uma Biografia e um possível Atlas do município. Com a conclusão do projeto foi possível perceber que investir na divulgação dos bens culturais, e naturais, traz benefícios tanto para preservação dos patrimônios quanto para o bem-estar socioeconômico da população. Empresários do turismo vêm aumentando a riqueza interna. Garantindo assim, o conhecimento e a preservação e também, evitando a destruição ou a ocupação de áreas patrimoniais e ecológicas.

Palavras-chave: São Francisco de Itabapoana, Patrimônio Natural, Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

Conhecendo o Passado e o Presente para Preservar o Futuro: Patrimônio Natural, Cultural e Fontes de Energias Alternativas, é a continuação de um projeto que teve início no ano de



2006 e gerou bons resultados. Posteriormente devido ao impacto causado, considerou-se apropriado manter suas pesquisas e a divulgação dos seus efeitos principalmente no campo do ensino, da pesquisa e da extensão sustentando o projeto até os dias atuais. A principal meta deste projeto é criar uma consciência ecológica e cultural nas pessoas, para que possam agir, preservando o meio ambiente e o patrimônio da região. Promover conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso à informação e qualificação da população. Estimular o desenvolvimento humano e encorajar os alunos, mediante a educação para a conscientização da cidadania reafirmando a tarefa de preservação dos recursos patrimoniais e do meio ambiente através do conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais, pois a busca por processos de desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente é, hoje, o grande desafio tecnológico no mundo. Os estudos desenvolvidos, baseados em dados adquiridos através do projeto de extensão: Conhecendo O Passado E O Presente Para Preservar O Futuro: Patrimônio Natural, Cultural E Fontes De Energias Alternativas, coordenado pela professora Maria da Glória Alves da Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), apresentam uma proposta inovadora e de grande importância para região Norte Fluminense, pois sua meta é produzir livro/Atlas como CD-ROM, contendo informações, textos, fotos, mapas georeferenciados e relatos orais sobre o patrimônio natural e cultural do município. Os materiais elaborados poderão ser usados por educadores, gerenciadores do município e pela própria população em geral na produção de atividades, aulas de geografia, de cartografia, educação ambiental, turismo, realização de visitas guiadas para grupos, como também realizações de valorização ou de reabilitação para assegurar a proteção do patrimônio, evitando a destruição ou a ocupação urbana/industrial de áreas patrimoniais. O objetivo deste projeto é o de levar a universidade para fora dos seus muros contribuindo na formação de agentes para a disseminação dos conhecimentos adquiridos na mesma e conscientizar a sociedade local a respeito do patrimônio natural e cultural existente no município de São Francisco do Itabapoana. E também inventariar os pontos de patrimônio natural e cultural do município, para poder servir de guia aos visitantes e também para toda a população de São Francisco do Itabapoana. A meta final deste projeto está em: redescobrir a história local deste município.

MATERIAL E MÉTODO

Para a realização deste projeto, partimos de duas abordagens: uma voltada em redescobrir a história local, pois o município não possuía nenhuma biografia que lhes contasse sua



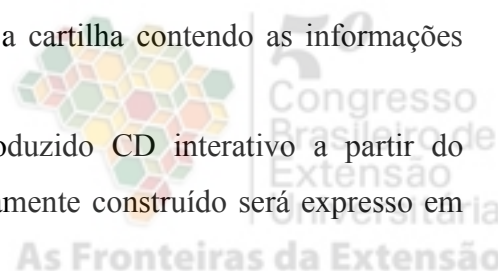
história e outra, buscar e cadastrar os pontos importantes de patrimônios tanto naturais quanto culturais, para podermos assim concluir um Atlas e por fim a tão esperada Biografia, que dará a toda a população acesso para aprender sobre a história de sua cidade.

Foi adotada a seguinte metodologia:

- 1) Visitas ao município de São Francisco do Itabapoana, para conhecer sua história, contadas pelos próprios moradores; conhecer sua cultura local, suas crenças, lendas;
- 2) A coleta de material do município, através de pesquisas de campo que acontecem uma vez na semana, pelos bolsistas do projeto. Essas pesquisas são feitas com o auxílio do GPS para georeferenciar os pontos visitados, além da câmera fotográfica, filmadora e gravador de voz;
- 3) Trabalho em laboratório para a produção dos mapas patrimoniais naturais e culturais, com base nos pontos georeferenciados;
- 4) Elaboração de um Atlas sobre a história e os patrimônios naturais e culturais do Município de São Francisco do Itabapoana;
- 5) Divulgação do material produzido por meio de instrumentos específicos, tais como: eventos (congressos, encontros científicos), jornais, televisão, revistas, além de visitas a escolas, universidades, prefeituras, empresa.

Com a conclusão do projeto, do Atlas e a Biografia do município, os primeiros passos a serem seguidos serão:

1. Montagem de um grupo para contato com as escolas, prefeituras, ongs etc para falar do projeto e marcar visitas de divulgação do projeto para mostrar o seu potencial na educação, turismo e conhecimento de forma geral.
 2. Difusão do projeto - Organização de palestras e seminários na UENF, nas escolas e prefeituras levando o material produzido (Atlas e CD) mostrando a sua importância na educação, no turismo, na preservação de bens patrimoniais e recursos na economia do Município.
 3. Organização de workshop de divulgação geral do projeto e seus resultados preliminares. Às autoridades municipais serão entregues o Atlas e a cartilha contendo as informações pertinentes sobre o projeto
- Para a comunidade serão realizados palestras e produzido CD interativo a partir do levantamento de dados, onde o conhecimento coletivamente construído será expresso em linguagem apropriada ao público alvo.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através dos trabalhos de campo realizados obtivemos bom resultados, pois o levantamento bibliográfico foi muito difícil devido à escassez de informação a respeito do município. Assim tivemos que direcionar nosso trabalho para outro viés e adotar a metodologia da história oral.

As visitas ao município de São Francisco do Itabapoana foram muito produtivas, pois ao mesmo tempo em que colhíamos informações a respeito da história, cadastrávamos os pontos de patrimônios naturais e culturais com o GPS, permitindo assim complementar duas tarefas na criação do banco de dados.

Como o levantamento de dados em São Francisco do Itabapoana já foi concluído os seguintes resultados:

- 1) Mapas georeferenciados do patrimônio natural localizando os principais pontos do município como as praias de ST^a Clara, Gargaú , Lagoa Doce e outras;
- 2) Mapa do patrimônio cultural catalogando os patrimônios culturais existentes no primeiro distrito e sede do município e o litoral do mesmo.
- 3) Uma base de dados contendo a história do município através da metodologia da história oral, por meio de entrevistas.
- 4) Está em período de criação, busca por financiamento para a publicação do atlas e da biografia do município de São Francisco do Itabapoana.

Este projeto trouxe muitos benefícios para o município, pois foram descobertos muitos pontos turísticos pouco conhecidos, inclusive pela população local, com esta descoberta o turismo na região pode passar a ser um grande fonte de renda para a cidade.

Mas além de tudo, o que mais nos trouxe orgulho de ser ter trabalhado neste projeto, foi saber que a população, hoje, redescobriu sua história, sua identidade.

CONCLUSÃO

Este Projeto de Extensão permitiu à população de São Francisco de Itabapoana, sentirem-se sujeitos da história, ajudando-nos e sendo parceiros em todas as etapas das atividades, seja nos passando informações sobre o município através de suas vivências, ou simplesmente por ter nos acolhido tão bem, fazendo-nos sentir a vontade em meio às rodas de conversas ou festas populares locais.

Pretendeu-se com este projeto, colaborar para diminuir a distância existente entre o povo e a história da sua cidade e divulgar o conhecimento dos patrimônios naturais e culturais,

principalmente através das escolas e alunos, visando fazê-los desde cedo conhecer sobre a identidade do lugar onde vivem.

O projeto até o presente atingiu os objetivos esperados que são: a coleta de informações, dados, relatos e fotos para a produção do atlas. Já contamos com os mapas georreferenciados do patrimônio natural, imagens e dados do patrimônio cultural.

Para se completar todo o cronograma do projeto, contamos com o financiamento para as impressões do Atlas e da Biografia; para que enfim, a população tenha em mãos toda sua história, para que de modo nenhum ela se perca.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. M., ALVES, M. V., RODRIGUES, S. B 2009. *Conhecendo o Passado e o Presente Para Preservar o Futuro: Patrimônio Natural, Cultural e Fontes de Energias Alternativas*. In. VII Workshop de Extensão da UENF. Campos dos Goytacazes – RJ.
- Comunicação Oral: Conhecendo o Passado e o Presente Para Preservar o Futuro: Patrimônio Natural e Cultural. Educação Patrimonial: ação para a cidadania. 1º Congresso Fluminense de Patrimônio da Arte-Escola 2009 Campos dos Goytacazes – RJ
- ALVES, G. M., ALVES, M. V., RAMOS, I. S. 2008. *Conhecendo o Passado e o Presente Para Preservar o Futuro: Patrimônio Natural, Cultural e Fontes de Energias Alternativas*. In. VII Workshop de Extensão da UENF. Campos dos Goytacazes – RJ.
- ALVES, G. M. ARAÚJO, R. M., LEITE, C. C., e SILVA, B. C. B. 2006. *Criação de um banco de dados digital para a identificação, preservação e divulgação do patrimônio natural e cultural do município de Campos dos Goytacazes*. In. 3º Workshop de Extensão, UENF. Campos dos Goytacazes – RJ.
- Textos Fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Edição de 2005.
- Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 127, de 30 de Abril de 2009.





50
Congresso
Brasileiro de
Extensão
Universitária

As Fronteiras da Extensão

PLANEJANDO O MUSEU DA UNIFAL-MG: A RELAÇÃO DOS DISCENTES COM O PATRIMÔNIO E A MEMÓRIA DA UNIFAL-MG

Área Temática

Cultura

Responsável pelo Trabalho

Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan

Instituição

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Nome dos autores

1. Cláudio Umpierre Carlan (docente); 2. Luciana Menezes de Carvalho (técnico-administrativo); 3. Antônio dos Reis Lopes (discente); 4. Edvânia Moreira Antenor (discente); 5. Eloíse Iara Braghini David (discente); 6. Karolini de Faria Mota (discente); 7. Nalva Aparecida Martins (discente); 8. Agueda Bueno de Almeida Novais (membro da comunidade externa); 9. Gilmara Aparecida de Carvalho (membro da comunidade externa); 10. Rosalia Menezes de Carvalho (membro da comunidade externa).

Resumo

Com quase cem anos de tradição no ensino superior, a Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG adquiriu fundamental importância no desenvolvimento cultural e científico não apenas das pessoas que compõem sua comunidade acadêmica ou por ela passaram, mas do município de Alfenas e todo o sul de Minas. Para preservação da memória e do patrimônio da instituição foi criado o Museu da Memória e Patrimônio – MMP-Unifal-MG. Os objetivos do projeto de extensão - que leva o mesmo título apresentado - são: Propiciar um envolvimento dos discentes com a Cultura, o Patrimônio e a Memória da Universidade e da cidade de Alfenas; Dar continuidade ao processo de organização, higienização e documentação do acervo, a partir de um trabalho de equipe, com supervisão; Expor objetos pré-selecionados, que estão localizados na Universidade, a partir de uma pesquisa feita pelos alunos participantes, sob orientação do coordenador do projeto; Trabalhar de forma crítica e reflexiva a exposição, a partir de metodologia própria. No último ano desenvolvemos as seguintes

atividades: higienização e acondicionamento de instrumentos; levantamentos de informações básicas e secundárias de objetos (procedência, data, uso, fabricação e um histórico do objeto) para registro, catalogação e documentação básica destes; e elaboração de projetos de fomento para Petrobrás, BNDES e Lei Rouanet. Esperamos propiciar aos membros do projeto – principalmente os discentes - ao atuarem no projeto, uma relação diferenciada com o Patrimônio e a Memória, a partir de atividades que, além de serem intrinsecamente relativas a museus e, portanto culturais, são essencialmente pedagógicas.

Palavras-chave

Museu. Memória. Patrimônio.

Introdução

Com 97 anos de existência, a antiga Efoa / atual Unifal-MG se orgulha de ser responsável pela formação de várias gerações de competentes profissionais. A atuação consolidada da Extensão, por sua vez, representa uma via de direcionamento dos trabalhos acadêmicos, possibilitando o contato e o intercâmbio permanentes entre o meio universitário e o social. A intenção da Unifal-MG, ao criar seu próprio museu, é a de ressaltar a importância da preservação de sua memória e de seus patrimônios, desde os seus tempos de Escola de Farmácia e Odontologia até o presente, através de suas manifestações materiais e imateriais.

Desde 2008, este projeto de extensão (*Planejando o Museu da Unifal-MG: a relação dos discentes com o patrimônio e a memória da Unifal-MG*) vem sendo desenvolvido para viabilizar atividades de implantação do MMP-Unifal-MG. Com relação aos discentes, a partir das atividades, estes estabelecem relações com o Patrimônio e com a Memória não só da Universidade, mas também com o Patrimônio e a Memória de seus cursos de graduação. Esta relação beneficia diretamente na sua formação como futuro profissional.

Museus não são apenas espaços onde se encontram objetos antigos expostos, mas são espaços de aprendizagem não-formal; de experimentação; espaços de pesquisa e produção de conhecimento; espaços de debates, de ciclos, de vivências e relações com os diferentes visitantes que adentram suas portas. É necessário também que nossos discentes e os demais participantes percebam nos museus, dos diferentes pontos do Brasil, como um rico espaço de atuação profissional, visto que temos uma grande diversidade de museus: Museus de Ciência e Tecnologia; Museus Históricos; Museus Virtuais; Museus de Farmácia, de Odontologia;

Museus Comunitários; Museus que valorizam a Geodiversidade – todos, necessitando de profissionais dos mais diversos campos do conhecimento. Desejamos que todos os afetados pela execução deste projeto – direta e indiretamente – percebam que Patrimônio, Memória e Museu não são apenas instâncias identitárias de (re) conhecimento de nós mesmos, mas também do Outro, construindo assim laços fortes.

Assim, os objetivos do projeto são: Propiciar um envolvimento dos discentes com a Cultura, o Patrimônio e a Memória da Universidade e da cidade de Alfenas; Dar continuidade ao processo de organização, higienização e documentação do acervo, a partir de um trabalho de equipe, com supervisão; Expor objetos pré-selecionados, que estão localizados na Universidade, a partir de uma pesquisa feita pelos alunos participantes, sob orientação do coordenador do projeto; e Trabalhar de forma crítica e reflexiva a exposição, a partir de metodologia própria.

Material e Metodologia

O Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas é órgão suplementar da Reitoria, na forma do artigo 22 do Regimento Geral da Unifal-MG, tendo como sigla MMP-Unifal-MG. A sede do MMP-Unifal-MG está localizada na Praça Emílio da Silveira, 14, Centro, na cidade de Alfenas – MG, onde se encontra instalada sua administração central, áreas expositivas e demais dependências. Para o MMP-Unifal-MG a universidade disponibiliza um espaço, utilizado pela instituição desde a década de 1940, e tem atendido, na medida do possível, as necessidades e demandas materiais do museu (e conseqüentemente para desenvolvimento do projeto). A partir do desenvolvimento de atividades no MMP-Unifal-MG, no âmbito deste projeto, o referido museu permanecerá disponível para o público em geral.

A escolha da atividade a ser desenvolvida pertence ao discente e/ou participante, para que este possa atuar plenamente de forma voluntária e prazerosa. A metodologia será apresentada de acordo com a atividade a ser desenvolvida: 1. Organização e planejamento do museu – leitura, análise e discussões de questões pertinentes aos museus e à Museologia (campo disciplinar que estuda este fenômeno); preparação da divulgação do museu e suas atividades; elaboração de projetos de fomento para restauração do prédio e parte do acervo; 2. Higienização e acondicionamento do acervo – limpeza de objeto selecionado; registro, catalogação e documentação básica do objeto higienizado; leitura de textos sobre conservação

e documentação; 3. Pesquisa sobre o acervo – Levantamento de informações básicas e secundárias sobre o objeto (procedência, data, uso, fabricação e um histórico do objeto); 4. Elaboração e execução de exposições – Em relação à elaboração do projeto: planejamento dos objetivos, cronograma, metas, recursos necessários; definição da equipe e suas respectivas tarefas; traçar o perfil do público-alvo; planejar o espaço e a disposição dos objetos, levando em conta a segurança dos objetos e do público; e leitura de textos sobre a área; Já em relação à montagem das exposições: aquisição dos materiais; execução do projeto em si, a partir das necessidades levantadas no subitem acima. Sugerimos que estes tenham participado da atividade anterior.

As atividades acima mencionadas acontecem concomitantemente no âmbito de um museu, de acordo com o planejamento anual.

Resultados e discussões

O projeto, iniciado em setembro de 2008, visa a implantação do MMP-Unifal-MG, que está prevista para 2012, com a restauração do prédio – Pavilhão A. Como "pedra fundamental" foi organizada uma exposição para os 95 anos de nossa universidade intitulada “Sobre Muitas Coisas: A Importância do Museu e da Preservação do Patrimônio da Unifal-MG”, dentre outras. No ano de 2010 foram desenvolvidas as seguintes atividades: Pesquisa histórica de peças do acervo – esta foi feita tanto em livros especializados como através de entrevistas com atuais e antigos funcionários da Efoa/Unifal-MG; Elaboração de fichas catalográficas, disponibilizadas no *site* do MMP-Unifal-MG, em formato pdf; Organização dos eventos *II Semana Nacional de Museus na Unifal-MG* e *II Primavera nos Museus na Unifal-MG*; Organização da exposição temporária “*Brasil: Nossa História*”, do Museu Histórico Nacional; Participação no IV Fórum Nacional de Museus, em julho, na cidade de Brasília, DF, com apresentação de pôster (Vale ressaltar que participaram deste evento: Antônio Lopes – discente, Luciana de Carvalho – museóloga, Agueda Novais, Gilmara de Carvalho e Rosalia de Carvalho – membros da comunidade externa. A participação foi provida pela Unifal-MG); Elaboração das exposições “*Expressão Feminina: Olhares sobre o Sul de Minas Gerais*” e “*Na medida certa: a importância das balanças no nosso dia-a-dia*”; No âmbito da participação em editais, enviamos projeto para o Petrobrás Cultural, BNDES e Lei Rouanet.

Podemos ressaltar o interesse principalmente por parte de ex-alunos, que visitam o MMP-Unifal-MG, inclusive fazendo doações, além de pessoas de Alfenas e cidades vizinhas

que antes não tinham a oportunidade de conhecer o funcionamento de um museu, e agora o fazem. Aqui consiste a principal “colheita” deste projeto: a de propiciar espaços/tempos para que alunos, professores, técnicos-administrativos da Unifal-MG e moradores de Alfenas e Região reflitam e discutam sobre as instâncias Memória e Patrimônio e a importância de cada uma delas.

Conclusão

O Museu da Memória e Patrimônio ainda está em implantação. É um museu que se propõe a celebrar a memória de uma importante instituição de ensino superior brasileira, e de seus cursos. Sejam os oriundos da década de 1910 do século XX, ou os mais recentes deste século XXI. Podemos inferir que os objetivos do referido projeto foram atendidos porém, como adiantamos anteriormente, estes constituem um processo que é contínuo em uma instituição museológica.

A participação no presente projeto não beneficia somente o MMP-Unifal-MG, mas também propicia todo um potencial que a participação na implantação de um museu pode gerar na formação de um indivíduo, seja no âmbito cultural e/ou social.

Referências

- CURY, Marília Xavier. Comunicação e pesquisa de percepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12 (suplemento), p. 368, 2005.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da Modernidade. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998. 385p.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Arquitetura, monumentos, mídia. Trad. Sérgio Alcides. UCAM – Coleção Agenda do Milênio. RJ: Aeroplano, 2000. 116 p.
- LE GOFF, Jacques. Memória-História. In Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes “História”, “Memória”, “Documento/Monumento”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p.12.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar**: comunicação e os novos patrimônios. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004.

POVO DE CLIO EDUCAÇÃO, CINEMA E CIDADANIA.

Área Temática: Cultura

Responsável: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Instituição: Universidade federal de Santa Maria (UFSM)

Autores: Jorge Luiz da Cunha¹; Paulo Henrique Trennepohl²; Rafaela Lunardi Martins³; Rosângela Montagner⁴; Márcia Montagner⁵.

Resumo: Promover junto a Escola Estadual Aberta Irmão José Otão, Santa Maria-RS, através do Cineclubes Pandora, sessões semanais de cineclubismo, envolvendo educadores(as), educandos(as) e comunidade do entorno da Escola, com intuito de discutir o papel e a linguagem da arte cinematográfica. Debater sobre as temáticas abordadas, sobre o cinema e seu papel no ensinar e no aprender, sua história, seus principais momentos, suas peculiaridades; criar oportunidades para que se assista filmes e se processo a reflexão. As ações e metas do projeto objetivam incentivar a interpretação de imagens, afinando o olhar para a diversidade presente no mundo, possibilitar a democratização e fruição dos bens culturais, abrindo espaço para que a comunidade escolar seja envolvida pela magia da tela. As metas são asseguradas em todos os momentos da execução da extensão, considerando os aspectos seguintes: fomentar e agilizar o processo de ensinar e de aprender através da realização de reflexões e estudos sobre as temáticas exibidas; participar de debates e programas enfocando as questões proporcionadas pelas sessões cineclubistas.

Palavras-chave: Cinema; educação; cineclubismo.

Considerações Iniciais

O projeto de extensão Povo de Clio: Educação, cinema e cidadania tem por objetivo promover a acessibilidade, à democratização, a reflexão e o uso da arte cinematográfica junto à Escola Estadual Aberta Irmão José Otão, Santa Maria-RS, através de um processo harmônico entre práticas metodológicas e a otimização do processo educacional.

O cinema está engajado na tarefa de orientar e esclarecer o público, sendo fácil entender o porquê do interesse dos educadores em utilizar-se deste recurso em sala de aula, pois além de proporcionar a diversificação dos prismas pelos quais podemos analisar determinados temas, nos permite abertura na construção da crítica.

No desenvolvimento do projeto, há a preocupação de encontrar maneiras de socializar com o público, através das sessões cineclubistas semanais, e dos debates, uma mensagem inteligível e que possa significar os temas abordados.

¹ Jorge Luiz da Cunha. Professor Titular Dr. do PPGE da UFSM, colaborador do projeto.

² Paulo Henrique Trennepohl. Graduando de Arquivologia pela UFSM, bolsista do projeto.

³ Rosângela Montagner. Mestre e doutoranda em Educação pela UFSM, professora universitária na área de Ciências Humanas da URI.

⁴ Rafaela Lunardi Martins. Graduada em História e pós graduanda em História: Cultura, Memória e Patrimônio, pela URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

⁵ Márcia Montagner, Coordenadora do Cineclubes Pandora.



Os objetivos se orientam para: democratizar a produção cultural e sua fruição, abrindo espaço para que educandos(as), educadores(as) e comunidade exercitem juntos(as) as múltiplas possibilidades de leitura que a linguagem do cinema oferece; preparar os(as) docentes para discutir o papel e a linguagem dos meios de comunicação de massa na escola; proporcionar, ao mesmo tempo, entretenimento e aprendizagem, ensinando sobre as mensagens que um filme pode passar; proporcionar a aproximação com o cinema nacional e/ou alternativo possibilitando novo olhar; fomentar e agilizar o processo educativo através de reflexões e estudos sobre as temáticas exibidas na execução dessa proposta extencionista; despertar nos(as) acadêmicos(as) e professores(as) universitários, principalmente dos cursos de licenciaturas, e professores(as) da rede municipal de ensino o interesse pela temática, promovendo seminários e encontros sobre o cinema e educação.

Metodologia

A metodologia do projeto se constrói a partir de abordagens relativas às questões que envolvam cineclubismo, cinema, educação e cidadania. Portanto, se consolida através de reflexões prática-teoria-prática articuladas por técnicas como sessões de cinema, debates, oficinas, reuniões de planejamento, pesquisa, sessões de estudos e seminário.

No projeto, o desenvolvimento metodológico segue um delineamento em que os(as) educadores(as) e educandos(as) recebem oficinas mensalmente.

Semanalmente são realizadas sessões de estudo, orientações e planejamentos com os(as) professores(as), acadêmicos(as) e colaboradores da Universidade envolvidos no projeto. As temáticas estudadas são escolhidas pelos(as) integrantes do projeto, de acordo com as necessidades sentidas no decorrer dos trabalhos com a escola.

Resultados

O projeto, que teve seu início em janeiro de 2011, insere principalmente filmes nacionais no processo educativo, através da prática cineclubista. Foi criado o Cineclube Pandora, associado ao Conselho Nacional de Cineclubismo (CNC), na Escola Estadual Irmão José Otão. Para tanto, usa metodologias adotadas e difundidas por pensadores(as) preocupados(as) com a diversificação das fontes e métodos do ensino. A preocupação com a prática interdisciplinar está presente, possibilitando abordagens e debates, tendo em vista o caráter multifacetário dos filmes, o que concorre para desenvolver nos(as) educandos(as) “interesse pelas disciplinas (...) no seio das quais vivem leituras divergentes acerca da realidade social em diferentes tempos e espaços”. (FONSECA, 2003).

Desde o início do ano escolar até o momento foram atendidos mais de 1000 participantes, entre educadores(as), educandos(as) e comunidade nas temáticas direitos humanos, convivência escolar, literatura e patrimônio.

Discussão

Em 28 de dezembro de 1895, no sótão do Grande Café de Paris, os Irmãos Lumière apresentaram o primeiro espetáculo cinematográfico público e pago, concretizava-se, enfim, um velho sonho da humanidade: a reprodução do movimento.

O filme é sempre o resultado de um trabalho de equipe. O elenco de atores é apenas a parte mais visível do trabalho. Por trás ou longe das câmeras, participam tantas outras pessoas. O cinema tem uma linguagem própria. Desde o ângulo da tomada de cada cena até a montagem final, tudo é planejado, tudo significa. Muitos são os gêneros de filmes produzidos por essa “fábrica de sonhos”, e que vêm recebendo por parte da crítica especializada as seguintes classificações, entre outras: drama, desenho, documentário, ficção científica, aventura e comédia.

Você entra numa sala de cinema, apagam-se as luzes, ilumina-se a tela. Uma sucessão de imagens, cores, luzes, sombras e sonoridades preenche o espaço, e você, junto aos personagens que compõem a história que se desenrola à sua frente, reconstrói aquela narrativa cinematográfica. Um filme é sempre visto como se fosse à primeira vez, mesmo que você o tenha visto antes, ou ainda que o veja depois. A linguagem cinematográfica conduz o espectador a um tempo inaugural, sempre no presente. Este, talvez, seja o maior poder do cinema: o de enriquecer a experiência viva e presente de uma pessoa.

Por isso, podemos dizer que o filme está sempre no presente, mesmo quando procura retratar histórias acontecidas no passado. Assim, o cinema inaugura uma maneira nova de estar e de olhar para o mundo e, mais ainda, estabelece uma nova forma de inteligibilidade. Com o cinema, as pessoas passaram a contar com um instrumento poderoso de conhecimento do mundo, de si mesmas, do comportamento humano, de lugares, de situações, da história. Jamais o homem esteve tão exposto, com todas as suas virtudes e mazelas, como no cinema.

É, sobretudo, por meio do aparato televisivo e do DVD, que o cinema, os filmes e seus personagens expandiram as possibilidades de exposição, alcançando níveis antes inimagináveis. Se por um lado o cinema perdeu o requinte da projeção em tela branca na sala escura, com acústica apropriada, com um número reduzido de lugares, por outro ganhou a rua, a escola, a casa, o ambiente de trabalho, a sala de espera.

Mais do que uma realidade composta de elementos reconhecidos, identificados, verdadeiros, o cinema cria imagens e sons que possam construir para o espectador uma sensação de realidade.

Todo espectador é capaz de perceber, identificar e reconstituir a imagem que se apresenta fragmentada na tela, um big close é hoje tão natural quanto qualquer figura que aparece inteira na tela. É natural apenas no cinema, pois essa não é uma experiência que as pessoas possam ter sem contar com os aparatos de captação e tratamento de imagem - câmera, lentes, gravadores, editores.

O cinema cria uma linguagem específica, portanto, uma inteligibilidade peculiar. Assim, ao pensar o cinema, a escola podemos também refletir sobre a educação, os métodos, o programa e até mesmo a sua organização. Como os filmes chegam à escola, à sala de aula, aos ambientes educacionais? Possibilitar a democratização do cinema através da prática cineclubista, com seus princípios de gratuidade, debate e ética. Esta é a questão básica que permeia esta proposta extensionista, onde vamos trabalhar as possíveis relações do cinema com a educação.

Realizar oficinas sobre o uso de filmes na educação pode enriquecer a reflexão e ação em sala de aula, e é apenas um estímulo inicial. Mas, conduzir a análise e a crítica coletiva sobre os principais temas apresentados/vivenciados na película é indispensável, uma vez que as pessoas enxergam diferentes detalhes nas cenas apresentadas, diferentes facetas de certas ações, reações, omissões, diálogos entre os personagens.

Se o(a) educador(a) ficar restrito à própria visão e interpretação da obra, a contribuição desse filme para o seu fazer docente limitar-se-á ao que ele conseguiu captar e entender através de sua ação solitária como espectador. O uso que fará de tais conteúdos estará relacionado ao que decidir isoladamente. E isso depende da qualidade da sua formação como ser humano, como docente e cidadão, bem como de quanto se sente estimulado, que forças está disposto a mobilizar em tal direção.

Considerações Finais

O projeto teve a preocupação inicial de fomentar as ideias cineclubistas junto a comunidade escolar, incentivando a criação do Cineclube Pandora nas dependências da Escola Aberta Irmão José Otão, sendo este coordenado por professora da Escola. O passo seguinte foi filiar o Cineclube ao Conselho Nacional de Cineclubes- CNC, garantindo-lhe status intitucionalizado, o que pode lhe permite participar de editais e programas do Ministério da Cultura e da Educação, etc, . Cabe ressaltar, que um cineclube possui três

características básicas: não tem fins lucrativos; possui uma estrutura democrática e compromisso cultural e ético.

Portanto, o projeto, ainda embrionário, ao partir da utilização sistemática de filmes, de debates e outras atividades, tais como oficinas e reuniões, semanas, procura desenvolver uma visão crítica diferenciada, ou seja, uma cultura cineclubista que permita vislumbrar novas maneiras de ver o mundo.

Bibliografia

ALMEIDA, Milton José de. *Imagens e sons: a nova cultura oral*. São Paulo: Cortez, 1994.
BERNARDET, J-C. *O que é cinema*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos)

BALÁZS, Bela. A face das coisas. Em: Xavier, Ismail. (org.) *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal/Embrafilme, 1983, p. 90.

CANEVACCI, Massimo. *Antropologia da comunicação visual*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

COSTA, Flávia Cesarino. *O primeiro cinema: espetáculo, narração, domesticação*. São Paulo: Scritta, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Cinema: a imagem-movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.29.

FERRO, Marc. Entrevista publicada no Cahiers du Cinéma

NAPOLITANO, M. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

(Coleção Como Usar na Sala de Aula)

PASOLINI, Pier Paolo. *Empirismo Hereje*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981.

RAMOS, Fernão, *História do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1990, p. 292.

TARKOVISKI, Andrei. *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIANY, Alex. *Humberto Mauro: sua vida, sua arte, sua trajetória no cinema*. Rio de Janeiro: Artenova/Embrafilme, 1978.

XAVIER, Ismail. (org.) *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal/Embrafilme, 1983.



Programa Comunidades FURG – COMUF

Área temática: Cultura

BAPTISTA, Jean (Coordenador), GOULART, Treyce Ellen (Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão da FURG), BORGES, Alexandre (Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão da FURG)

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Resumo

O programa Comunidades-FURG se propõe a agir sobre demandas sociais apresentadas à universidade contemporânea, ressaltando seu papel de agente conectado às comunidades. Procura reunir alternativas sociais de caráter transformador sobre a realidade, onde se entende que as comunidades apresentam prejuízos ocasionados pela progressiva modernização experimentada pela região. Sobretudo, procura criar mecanismos de mediação entre os interesses das comunidades e os canais que a universidade possui para dar visibilidade aos problemas, prestar serviços e disponibilizar apoio técnico-científico, quando solicitada, na concretização de programas de ações de proteção e reconhecimento de práticas tradicionais, políticas de inclusão e ações pró-patrimônio. Nesse sentido, o COMUF é composto por alunos provenientes de comunidades diretamente afetadas pelas pressões da modernização do município de Rio Grande e do Rio Grande do Sul, assim como de cotistas e outros universitários interessados em combater desigualdades, racismos, homofobia e processos de exclusão e deteriorização do patrimônio e das relações sociais mediante a construção de ações fundamentadas na Constituição Brasileira, na Legislação Patrimonial e no estabelecimento de relações transformadoras.

Palavras-chave: Educação não-formal, Diversidade cultural, Patrimônio.

Introdução

As comunidades que compõem a região distrital do município de Rio Grande sofrem profundas pressões do contemporâneo. O grupo entende que as comunidades em questão estão enfrentando crises que podem comprometer sua existência. Essas crises relacionam-se com aspectos: a) ambientais: a poluição da Lagoa dos Patos, a pesca



industrial, a ampliação dos moles da barra para atendimento do porto, comprometeu a pesca como um todo mediante o desaparecimento dos grandes cardumes de peixes, relegando às comunidades de pescadores a miséria, o desmerecimento e a introjeção de uma responsabilidade pelos danos ambientais, o que compromete a imagem dos pescadores (até então com prestígio social) e um amplo conjunto de saberes e práticas; b) a agroindústria, em conjunto com suas concepções de cultivo e ao surgimento de pragas como a pérola, que hoje domina praticamente todo território de ilhas como a dos Marinheiros, pressiona que os produtores rurais de bebidas típicas da região (como a jurupiga), de flores e de arroz, a finalizar suas atividades; c) a história indígena e a história afro-brasileira tem sido suprimida mediante a ausência de políticas e ações que forneçam uma crítica sobre a ausência da diversidade na concepção identitária da região, onde prevalece o discurso de ocupação do território apenas por portugueses; d) a população indígena que outrora ocupava o vasto território e que teve seu último grupo assentado expulso há pouco mais de 20 anos, hoje tenta retomar seu lugar na região, embora lhe pese acusações de não-pertencimento por meio de expressões generalizadas como “Os índios não são daqui”, o que lhes tem provocado uma localização desfavorável tanto na universidade quanto fora dela; e) A memória afro-brasileira, apesar de estar assentada nos movimentos sociais existentes na região, não recebeu nenhum tratamento historiográfico ou mapeamento científico, assim como carece de um conjunto de ações que possam a vir promover de forma positiva sua inserção significativa na história da região e nas políticas de regulamentação fundiária; f) O patrimônio material dos distritos de Rio Grande está em franco processo de arruinamento, onde as comunidades são destituídas da possibilidade de retomada; g) O patrimônio imaterial da região, mediante este cenário, resiste graças às articulações das comunidades em atividades isoladas, mas não conta com apoio para sua salvaguarda (adesão de jovens, oficinas, musealizações, esclarecimentos sobre legislação patrimonial, informações sobre políticas de inclusão na universidade, entre outras); h) O COMUF entende que este cenário não é necessariamente específico dos distritos de Rio Grande, e por isso se envolve com outros municípios, tal qual São Miguel das Missões e Iraí (de onde provêm os indígenas que hoje tentam retomar a região e cotistas) e São José do Norte (cidade vizinha que também enfrenta as transformações portuárias), assim como se mantém atento a outras localidades.i) tal logo o grupo tenha se formado, parte dos alunos passou a solicitar a inclusão de outras temáticas relacionadas à exclusão, sendo que a necessidade de se discutir a homofobia criou o Coletivo Diversidade, interessado em refletir sobre a diversidade afetiva no interior e fora da universidade, compreendendo a

memória social sobre os homossexuais como parte do patrimônio subterrâneo da região. Também, o programa entende o conceito de patrimônio indissociável do de Direitos Humanos, o que possibilita a geração de alternativas jurídicas interessadas em defender o patrimônio a fim de dar visibilidade a pertencimentos, práticas tradicionais e memórias sociais.

Material e Metodologia

O COMUF é composto de um conjunto de práticas metodológicas flexíveis conforme as dinâmicas elaboradas. Tendo em vista sua vasta gama de ação, cada atividade requer alternativas diferenciadas que levam a uma conexão entre extensão, pesquisa-ação, avaliação e sistematização das informações coletadas.

Sendo a interação entre saberes que nos importa e a busca de alternativas universitárias mediante a globalização que se apresenta (SANTOS, 2008), a metodologia parte dos próprios indivíduos envolvidos. “O método nasce a partir da problematização da vida cotidiano, os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas” (Gohn, 2006, p. 33-34). Contudo, as metodologias empregadas nas relações não-formais são tratadas com “alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não-formal” (Gohn, 2006, p. 35).

A metodologia de Roda de Memória ou Roda de História apresenta-se como uma alternativa aos riscos da exploração dos saberes comunitários por parte da academia. Ao se realizar em espaço público, integrando distintos membros das comunidades envolvidas, severamente integrados sobre a intenção do encontro, possibilita que a intenção de cada um em prol de um objetivo comum possa ser alcançado com respeito ao bem de cada um. Nesse sentido, configura-se como uma das principais metodologias do grupo. Entende-se esse gênero de atividade guiado a partir de uma problemática definida conforme os interesses das comunidades. Fica a cargo da problemática se ocorrerá uma definição espaço-temporal, embora se recomende, assim como se procura identificar como cada membro da roda se insere na problemática do ponto de vista histórico e presencial. Evitam-se perguntas diretas, embora sejam utilizadas imagens, trechos de filmes, fotografias, músicas ou registros escritos para instigar a memória. Posteriormente, procura-se selecionar entre os envolvidos as principais memórias que podem servir para a ação que se

pretende, não sem deixar de lado outras informações que possam levar a novas problemáticas e a novas conquistas (Cof. LOPEZ, 2008, p. 55). Entende-se o processo de coleta de informações como um processo construído socialmente, fundamentado no respeito aos bens das comunidades e suas escolhas no que diz respeito ao que consideram público ou que pretendem manter numa dimensão de mistério. Tal postura afeta a prática de entrevista, então promovida a uma relação não-diretiva (Thiollent, 1980, p. 81). Nesse sentido, Viveiros de Castro (2001, p. 123-125) aponta para necessidade do antropólogo em se deparar com seus entrevistados enquanto interlocutores, construtores do discurso etnográfico. Para a coleta de dados documentais, em especial para dados históricos provenientes de arquivos, bibliografias e outras fontes tradicionais da história, o programa utiliza técnicas paleográficas e fichamentos temáticos, assim como a geração de um banco de dados acesso. Para realização de estudos patrimoniais, o COMUF recorre a estratégias de inventários e registro, valendo-se do Manual para Aplicação do INRC como orientação basilar (Fonseca, 2004). São, portanto, metodologias que procuram superar a hierarquização dos saberes, compreendendo os universitários como parte do programa, não como seu elemento determinante.

Resultados e Discussões:

Ao entender a região como um cenário em crise, o grupo de extensão COMUF, ainda que fundado apenas há um ano, justifica-se na medida em que desenvolve atividades que já estão promovendo resultados significativos, como se observa em seus cinco pilares temáticos: 1) Projeto Quilombolas Somos Nós: partindo da solicitação de uma quilombola, formou-se o grupo que procura documentar uma sociedade quilombola que foi desmembrada nos anos de 1970 de suas terras para o interior da Vila da Quinta. O projeto possibilita a reunião de estudantes que entendem a necessidade de combate ao racismo por meio da aplicação da legislação, pesquisas históricas e rodas de memória, alternativas que colaboram na construção de uma identidade negra no interior da instituição e na divulgação da história afro-brasilera da região. 2) Projeto Jurupiga: a partir de demandas apresentadas por produtores de jurupiga da Ilha dos Marinheiros, procura-se criar meios de promoção da bebida, em especial mediante seu fortalecimento jurídico. 3) Coletivo Diversidade: inicialmente interessado em construir uma disciplina que abordasse a história da homofobia no curso da história, o coletivo passou a reunir estudantes e professores de diversas áreas, a promover debates em redes de TV e rádio, a dimensionar a história da homofobia na região e, em 28 de junho de 2011, realizou a construção da primeira

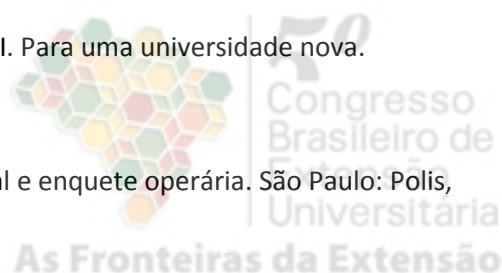
bandeira GLBT no Centro de Convivência da universidade em parceria com artistas das comunidades. 4) História Indígena: além de buscar a ampliação dos direitos Kaingangues que todo ano vão à praia do Cassino vender artesanato no verão, o grupo procura dimensionar a história documental e oral sobre os povos indígenas que habitavam a região, promovendo uma maior visibilidade sobre o processo de violência que estas populações tem encontrado, além de percorrer aldeias para divulgar o programa de acesso e permanência da universidade. 5) Apoio técnico às instituições de educação, memória, cultura: o grupo tem sido solicitado a colaborar com instituições da região, tal qual o Eco-Museu da Picada e o Museu Histórico de São José do Norte, assim como promove em escolas o curso de capacitação em História Indígena e Afro-Brasileira.

Conclusão:

Considera-se, por fim, que o Programa em início de execução pretende avançar na conquista dos direitos comunitários. No último edital do MEC para extensão, o programa foi contemplado com financiamento para 2012, o que possibilitará a realização ampla de suas ações.

Referências:

- CASTRO, Viveiros. O campo da selva visto da praia. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 2001, v. 5. n. 1.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Celebrações e Saberes da cultura popular. Rio de Janeiro: FUNART-IPHAN, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. Ensaio: avaliação das políticas públicas da Educação Pública. Educação: Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- LOPEZ, Immaculada. Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local. São Paulo: Museu da Pessoa, Senac São Paulo, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI. Para uma universidade nova. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1980.



PROJETO MÊMORIAS DE LAGUNA: PESQUISA E PERSPECTIVA

Área Temática: Cultura

Responsável: Alice de Oliveira Viana

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Autores: Alice Viana¹; Luani Costa²; Neilson Modro³

Resumo

O projeto de extensão *Memórias de Laguna* foi criado em virtude da necessidade de organização de fontes de consulta acerca da cidade de Laguna e de sua memória. Tem como objetivo coletar e/ou levantar materiais referentes ao passado da cidade junto à população e às instituições, materiais que possam compor um acervo e serem destinados à Biblioteca Municipal Professor Romeu Ulyseu. Deve-se destacar que a Biblioteca Municipal de Laguna praticamente não possui acervo próprio, estando parte de fontes importantes na posse de particulares, dificultando o acesso de pesquisadores. Neste projeto, os materiais que não são doados tampouco emprestados estão sendo ao menos registrados. Aqueles que são emprestados são escaneados e/ou fotografados, compondo um acervo digital que ficará do mesmo modo à disposição na Biblioteca. Posteriormente, o material obtido será classificado e arquivado na Biblioteca com o auxílio da bibliotecária, uma das integrantes do projeto. O projeto teve início em abril de 2011 e até agora tem apresentado resultados satisfatórios, dentro do previsto. O objetivo principal de recebimento de doações de materiais está encontrando resistência por parte da população, porém a população apresenta-se bastante receptiva na questão das visitas, permitindo o registro de seus documentos e compreendendo a importância do projeto. Acredita-se que toda população lagunense, bem como a comunidade acadêmica se beneficiará diretamente com os resultados alcançados pelo projeto, que visa auxiliar na preservação e valorização das memórias da cidade e na recriação de sua história, além de incentivar a pesquisa acadêmica e a integração entre a universidade e população.

¹ Professora assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

² Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

³ Professor assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.



Palavras-chave

Cidade de Laguna; Fontes Documentais; Preservação e Valorização da Memória

Introdução

A cidade de Laguna, com 335 anos de fundação, foi palco de eventos importantes da história do país⁴. Possui um acervo arquitetônico significativo apresentando, aproximadamente, 600 edificações tombadas pelo IPHAN. A Biblioteca Municipal lagunense prof. Romeu Ulyssea foi fundada em 1980 e instalada em um prédio no centro histórico adquirido pela Prefeitura em 1894. Esta sede da Biblioteca Municipal encontra-se hoje em processo de restauração. Em virtude disto, sua sede foi transferida para um local inapropriado, de dimensões reduzidas e ventilação ineficiente. O acervo encontrado na biblioteca sobre a história da cidade de Laguna é escasso, além de estar em condições precárias de conservação.

O projeto *Memórias de Laguna* foi criado pela professora coordenadora Alice Viana, juntamente com o vice-coordenador professor Neilson Modro. Conta com a participação da acadêmica bolsista Luani Costa e outros acadêmicos voluntários, todos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Este projeto visa primordialmente construir um acervo documental de fontes sobre a cidade e sua memória. Para alcançar este objetivo, estão sendo realizadas visitas de acadêmicos junto à comunidade local para divulgação do projeto e para coletar doações e/ou empréstimos de documentos sobre a cidade. Partindo da famosa fala de Aluísio Magalhães⁵ (apud Campos, 2005, p.159) “A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio. Só se protege o que se ama. Só se ama o que se conhece.”, o projeto privilegia o contato com a comunidade através da divulgação da necessidade de preservação de sua memória, promovendo a importância de fontes documentais tanto na comunidade acadêmica, quanto na cidade de Laguna:

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens. (HORTA et al, 1999, p.06)

O estudo e a pesquisa da história da cidade de Laguna são de extrema importância para o ensino e a pesquisa acadêmica; consta da grade curricular do curso de Arquitetura e

⁴ A cidade destaca-se na historiografia por ter sediado eventos importantes da Revolução Farroupilha.

⁵ Um dos diretores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a partir do ano de 1979.

Urbanismo a disciplina de Patrimônio Histórico e Arquitetônico, esta ministrada pela professora coordenadora. Não só a comunidade acadêmica, mas a comunidade local também se beneficiará dos resultados do projeto, uma vez que ao final, pretende-se alcançar um maior número de documentos de pesquisa, organizados e especificados, que tenham como objetivo ou como necessidade, o estudo da memória lagunense. O projeto é realizado com o apoio da Prefeitura Municipal de Laguna e o material coletado e/ou levantado é destinado à Biblioteca Municipal. Conta com o apoio da bibliotecária da prefeitura⁶ que é, voluntariamente, uma das integrantes do projeto, trabalhando juntamente com membros destinados à análise e arquivamento dos materiais coletados.

Material e Metodologia

Desde o início do projeto, parte do trabalho de coleta e/ou levantamento é realizado através de visitas a moradores antigos da cidade de Laguna. Já de antemão foram elaboradas tabelas com um levantamento com nomes dos principais moradores que possuem um acervo particular, contendo dados como endereços e contatos. Nestas visitas, é entregue uma carta de apresentação do projeto e, quando recebemos colaborações, uma carta de agradecimento pela disponibilidade de colaborar com o mesmo. Também são preenchidas fichas de registro de visitas, contendo dados como nome do morador visitado, data, hora, materiais obtidos e/ou registrados e observações para descrição da visita, servindo também para localizar, posteriormente, informações sobre determinado assunto.

Como uma etapa paralela, é realizado o trabalho de classificação dos materiais conseguidos e dos já existentes com a ajuda da bibliotecária, na Biblioteca Municipal, e também em outras instituições detentoras de documentos sobre a cidade, como o IPHAN e o Acervo Público Municipal Casa Candemil. Para isto, são utilizadas fichas de análise de documento, contendo lacunas como suporte do material coletado, tema/assunto, autor, título, local, data, estado de conservação e quantidade armazenada do documento no local a ser desenvolvido o trabalho. Outros equipamentos como scanners e câmaras fotográficas também são utilizados para o registro de materiais que são emprestados para arquivamento em forma de cópia e/ou fotografia. Também foi criado um Blog (www.projetomemoriadelaguna.blogspot.com), atualizado semanalmente, expondo o andamento do projeto, bem como textos/artigos escritos pelos acadêmicos participantes sobre curiosidades e temas referentes a investigações que estão sendo elaboradas.

⁶ Kátia Aparecida Borges, atual bibliotecária responsável pela Biblioteca Municipal de Laguna.

Conseqüentemente, este blog divulga o projeto para toda a comunidade acadêmica e população lagunense. O projeto apresenta apoio logístico e material da Prefeitura Municipal, que contribui com a quantia de 150 (cento e cinquenta) cópias semanais de fichas de registro de documento.

Todo esse trabalho realizado tem como enfoque a criação de um sistema de busca digital, ou seja, uma etapa a ser realizada, que visará a facilidade de pesquisa da memória de Laguna, em torno de toda a cidade.

Resultados e Discussões

Como o projeto está em andamento, ele apresenta resultados parciais satisfatórios, visto que a população lagunense tem demonstrado uma cultura bastante protetora em relação aos seus materiais, mostrando certa resistência com relação a doações dos mesmos. Todavia, a população apresenta bastante receptividade, mostrando-se disposta a colaborar, ao disponibilizar o registro de seus materiais e compreendendo a importância do projeto para a cidade de Laguna (foto 1).

Além disto, o trabalho de análise de documentos sobre a cidade feito na Biblioteca Municipal e também em instituições que apresentam materiais relacionados sobre Laguna (foto 2) está realizando-se adequadamente, uma vez que parte destes materiais já foram levantados, encaminhando para a segunda etapa do projeto que é a construção de um sistema de busca digital.



Foto 1: Amostra da receptividade da população lagunense na realização das visitas. Foto Stephanie Paixão



Foto 2: Trabalho de análise de documentos no IPHAN por acadêmicas participantes do projeto. Foto Ana Paula Cittadin

Conclusão

Dentre os primeiros meses de realização do projeto *Memórias de Laguna* é perceptível o acréscimo de interesse da população lagunense, considerando que antes não existia um trabalho de levantamento de documentos sobre a história da cidade. A partir de sua realização e divulgação estão surgindo propostas de colaboração e divulgação do projeto.

O projeto está criando uma ponte paralela entre comunidade acadêmica e população; sendo que ambas estão, juntamente, valorizando e reconhecendo a memória da cidade de Laguna. Lembrando Le Goff (2003, p.526) “... o termo latino *documentum*, derivado de *docere*, que significa ensinar...”. Isto pode ser constatado no incentivo ao contato dos acadêmicos com a pesquisa, ao propor a criação de textos temáticos que versem sobre a arquitetura e a história da cidade a partir dos materiais já levantados.

Referências

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CAMPOS, Gizely Cesconetto de. **Educação, Cultura e Patrimônio**. In: FARIAS Deisi Scunderlic Eloy de. Maracajá: Pré-história e Arqueologia. Tubarão, SC: Ed. Unisul, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.